



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JOSÉ GUILHERME SIEBER PADILLA PANDOLFI

***DOLOROSAS EXIGÊNCIAS: DESENVOLVIMENTISMO E AMBIENTE NA
CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPARICA (1975-1990)***

RECIFE
2023

JOSÉ GUILHERME SIEBER PADILLA PANDOLFI

***DOLOROSAS EXIGÊNCIAS: DESENVOLVIMENTISMO E AMBIENTE NA
CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPARICA (1975-1990)***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Pandolfi, José Guilherme Sieber Padilla.

Dolorosas exigências: desenvolvimentismo e ambiente na construção da Barragem de Itaparica (1975-1990) / José Guilherme Sieber Padilla Pandolfi. - Recife, 2023.

77 : il.

Orientador(a): José Marcelo Marques Ferreira Filho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2023.

1. Barragem de Itaparica. 2. História Ambiental. 3. História do Brasil República. 4. História da eletricidade. 5. Desenvolvimento.. I. Ferreira Filho, José Marcelo Marques. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

JOSÉ GUILHERME SIEBER PADILLA PANDOLFI

***DOLOROSAS EXIGÊNCIAS: DESENVOLVIMENTISMO E AMBIENTE NA
CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPARICA (1975-1990)***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em História.

Aprovado em: 19/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Lise Fernanda Sedrez (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Matthew P. Johnson (Examinador Externo)
Universidade de Harvard

*Dedico esta monografia a minha avó, Nelma,
pelos anos passados em seu terraço.*

AGRADECIMENTOS

A meus pais, José Neto e Patrícia, que um dia foram jovens enfrentando o mundo pela primeira vez, como eu. Por terem feito absolutamente tudo o que puderam – o que, afinal, é tudo que podiam ter feito.

A minhas irmãs, cada qual a seu modo. A Ayla, que afetuosamente me acolheu quando mais precisei. Com ela aprendi que vivo melhor quando tenho alguém para contar dos meus dias. A Camila por me ser casa: não vou perder um bom dia de onda no mar, nem deixar de te visitar, nem ouvir conselhos demais (nem mesmo as bobagens que você me fala). A Maria Isabel por me ensinar o que é ser um irmão mais velho e me permitir acompanhá-la no processo lindo e apaixonante que é o crescimento.

A minha avó, Dona Nelma, por me mostrar todo o amor que pode reger a relação entre uma avó e seu neto primogênito. Estou me formando, mas sempre vou ser, no fundo, aquela criança que brincava em seu terraço.

A meu astronauta da saudade, Caio, fonte de alegrias do meu viver. Que lindo é compartilhar a vida contigo, grande amor. Obrigado por acompanhar este trabalho desde quando ele ainda era uma ideia abstrata de História Cultural sobre *Os detetives selvagens*. Quero que você seja, para sempre, o meu primeiro leitor.

A minha madrastra, Akila, pelo cuidado dispensado ao longo de anos tão fundamentais na minha formação como pessoa – tem muito de você em mim.

Ao meu orientador, José Marcelo, pela orientação zelosa ao longo deste último ano. Agradeço por todas as vezes em que leu meus escritos, propôs sugestões valiosas e me brindou com palavras de incentivo. Zé Marcelo é uma referência intelectual, exemplo de professor e pesquisador.

Às professoras Christine Dabat e Lise Sedrez e ao professor Matthew P. Johnson, que gentilmente aceitaram compor a banca deste trabalho.

A todos os professores que tive ao longo do Ensino Básico, sobretudo aos de História. A Jânea, Chico (*in memoriam*), Galdino, Felipe, Eliene, Geysa, Chopinho, Rafael, Ribau, Gabi e Jeff. Preciso deixar um agradecimento especial a Fabiano Palácio, meu professor nos 6º e 7º anos, que despertou em mim a vontade de ser historiador.

Aos colegas e mestres do projeto Artes, Museus e Antropoceno, da Oficina Brennand, onde desenvolvi pesquisa durante dois anos. A Nayara, Gleyce, Hugo, Igor e Suzan, agradeço pelas trocas enriquecedoras e por um capítulo imprescindível da minha formação enquanto cientista. O Antropoceno foi, para mim, e como o definia Latour, o grito de alerta para

desantropocentrar minha prática científica. Por essa e por tantas outras revoluções intelectuais que esse projeto me suscitou, só posso agradecer, agradecer, agradecer.

Aos mestres com quem tive o privilégio de aprender nesses quatro anos de graduação, que deitaram alguma pedra angular da minha formação como historiador, às vezes mesmo sem saber que o faziam. A Erica Lôpo, Felipe Augusto Ribeiro, Marcus Carvalho, Suzana Cavani, Patricia Pinheiro, Roberta Duarte e Allan Alves.

Aos companheiros com quem construí, ao longo de um ano, o glorioso Diretório Acadêmico de História Francisco Julião. Foi uma experiência maravilhosa estar na linha de frente com vocês, lutando pela politização do corpo discente de História. Vida longa ao DAHISFJ!

Ao corpo docente e discente do Portal, cursinho pré-vestibular que tive o prazer de compor ao longo de 2022. Em especial, agradeço à primeira turma que pude acompanhar como professor em minha vida; e a Mariana, por ter me acompanhado na primeira vez que entrei em sala de aula.

Aos amigos que fiz nessa graduação. A Helena, pelos dias de sol. A Duda, pelo Maranhão e por me ver marinheiro. A David, pela cumplicidade nos certames e para além deles.

Às amigas que trago de fora da universidade. A Marina, hoje e sempre, e já há muito, pela parceria de vida (quero que a semana acabe pra que eu possa te ver de novo). A Alice, com quem peguei o trem azul, por me permitir ser quem sou. A Alana, por me mostrar que, mesmo nos dias em que eu acordar com medo, posso reclamar seu abrigo. A Gaião, Ciça e Pat, pela forma como me acolheram em seu mundo. A Luíza, certeza antiga. A Manu por nossa confusão particular. A Camila por ser — com o perdão da piada — como o sol. A Joyce, pelas conversas regeneradoras no banco de carona. A Eloísa pela memória olfativa.

Por fim, preciso tomar um espaço especial para falar do meu grupo de amigos mais próximos da faculdade. A Daniel do Nascimento, por me ensinar a rir das intempéries do ensino superior — e por aquele dia no Peludo, quando entendi que só preciso mudar a vida de um aluno para que tudo valha a pena. A Gabriel Marques, por tantas e tão profundas conversas no NUDOC, na casa de sua avó ou numa ambulância a caminho da UPA (por você passaria noites enfrentando mosquitos no Getúlio Vargas). A Hugo Cordeiro, por uma parceria acadêmica cósmica forjada no batismo de fogo do Estágio Supervisionado, e por uma parceria de vida singular lapidada em incontáveis papos, bebedeiras, aulas, viagens e peças. A Luísa Longo, por ter sentado do meu lado no segundo dia de aula e puxado assunto como quem não quer nada. A Maria Carolina Alves, por todas as vezes em que nos embalamos em

rodas ao som de BaianaSystem e compartilhamos viagens no infame Dois Irmãos/Rui Barbosa. A Thawanny Santos, por enfrentar dragões comigo: sei que precisamos encontrar felicidade para além de nossas conquistas e a encontrei em você, meu par de jarro. A todos vocês, e a Eduardo Galeano, por fazerem a minha graduação. Agradeço imensamente por todas as vezes em que rimos como quem tem a vida pela frente, estudamos como quem tem prova no dia seguinte e bebemos como se esse amanhã não viesse nunca.

A todos, minha mais emocionada gratidão. Não fossem vocês, não seria quem sou, não teria escrito o que escrevi. Os erros são de minha inteira responsabilidade.

Each step that led to this result was logical. It was only the result that was mad.

Richard White

Progress still controls us even in tales of ruination.

Anna Lowenhaupt Tsing

Enxergamos nosso edifício histórico específico tanto como natureza humana inevitável quanto como necessidade técnica.

Donna Haraway

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Estado brasileiro, por meio da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), no planejamento e na construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (PE/BA), nas décadas de 1970 e 1980. Ao longo da ditadura empresarial-militar, o Estado promoveu a construção de diversas megabarragens em todo o país, estimulando a oferta de energia elétrica para subsidiar seu projeto de desenvolvimento. Essas construções foram empreendidas em detrimento da população e do ambiente locais. Em Itaparica, mais de 40 mil pessoas foram atingidas pela inundação do lago, entre trabalhadores urbanos e rurais e populações indígenas. Orientado pela História Ambiental, o trabalho busca examinar, de um lado, a concepção de natureza que animou o projeto desenvolvimentista do Estado, sobretudo no que se refere à centralidade da gestão das águas e da energia elétrica. De outro, pretende identificar alguns dos impactos socioambientais produzidos pelo empreendimento hidrelétrico. Para realizar a pesquisa, amparamo-nos no acervo documental disponível no Fundo Petrolândia do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco Denis Bernardes (NUDOC/UFPE), sobretudo em relatórios ambientais produzidos pela Chesf e, em menor medida, em documentos produzidos pelo movimento de trabalhadores. Com a análise dessas fontes, concluímos que o Estado brasileiro desconsiderou o ambiente e as populações locais em seu projeto de desenvolvimento. Além disso, a barragem provocou impactos socioambientais danosos como expulsão de milhares de suas terras, poluição, alagamento de terras férteis, diminuição da população de peixes e epidemias.

Palavras-chave: Barragem de Itaparica; História Ambiental; História do Brasil República; História da eletricidade; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of the Brazilian state, through the São Francisco Hydroelectric Company (Chesf), in the planning and construction of the Itaparica Hydroelectric Plant (PE/BA) during the 1970s and 1980s. Throughout the period of the military-corporate dictatorship, the state promoted the construction of several mega-dams across the country, stimulating the supply of electrical energy to subsidize its development project. These constructions were undertaken at the expense of the local population and the environment. In Itaparica, over 40,000 people were affected by the flooding of the reservoir, including urban and rural workers and indigenous populations. Grounded in Environmental History, this work seeks to examine, on one hand, the conception of nature that inspired the state's development project, particularly concerning the centrality of water and electricity management. On the other hand, it aims to identify some of the socio-environmental impacts produced by the hydroelectric project. To conduct the research, we rely on the documentary collection available in the Petrolândia Archive of the Documentation Center on Social Movements in Pernambuco Denis Bernardes (NUDOC/UFPE), especially in environmental reports produced by Chesf and, to a lesser extent, in documents produced by the workers' movement. Through the analysis of these sources, we conclude that the Brazilian state disregarded the environment and local populations in its development project. Furthermore, the dam caused harmful socio-environmental impacts such as the expulsion of thousands from their lands, pollution, flooding of fertile lands, a decrease in the fish population, and epidemics.

Keywords: Itaparica Dam; Environmental History; History of the Brazilian Republic; History of electricity; Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Território Itaparica. A: Em relação aos municípios vizinhos; B: Em relação ao Nordeste.....	13
Figura 2 - Planta geral das obras da Usina Hidrelétrica de Itaparica.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	Bahia
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados
Chesf	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONTAG-BA	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura na Bahia
COP	Conferência das Partes
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DASP	Departamento de Administração do Setor Público
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras
Familiars do Estado de Pernambuco	
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Fundaj	Fundação Joaquim Nabuco
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MME	Ministério de Minas e Energia
MPF	Ministério Público Federal
NUDOC	Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco
Dênis Bernardes	
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Pernambuco
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

STF	Supremo Tribunal Federal
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TVA	Tennessee Valley Authority
UFF	Universidade Federal Fluminense
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
VMT	Verba de Manutenção Temporária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 ESCRREVENDO HISTÓRIA NO ANTROPOCENO.....	20
2.1 Pequeno manual de História Ambiental.....	20
2.2 O ofício do historiador diante da catástrofe.....	23
2.3 Natureza e técnica, História e projetos hidráulicos.....	25
3 UMA NAÇÃO VALE PELO NÚMERO DE CAVALOS QUE MOBILIZA EM SUAS TURBINAS: ÁGUA, ENERGIA E DESENVOLVIMENTO NA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO BRASIL.....	29
3.1 Desenvolvimento como crença e como prática.....	30
3.2 Água, eletricidade e imperialismo: a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e o desenvolvimentismo no Estado brasileiro.....	34
3.3 O desenvolvimentismo da caserna: Doutrina de Segurança Nacional e <i>boom</i> hidrelétrico.....	41
4 REDEFININDO ECOSISTEMAS, DIVIDINDO COMUNIDADES: A BARRAGEM DE ITAPARICA E SEUS IMPACTOS.....	46
4.1 Planejando a inundação.....	46
4.2 Plantando roças no asfalto: a luta dos trabalhadores atingidos e o reassentamento.....	49
4.3 Quase às margens: racismo ambiental e os povos indígenas atingidos.....	54
4.4 Seixos, areias quartzosas, surubins e epidemias: impactos ambientais da barragem de Itaparica.....	60
5 CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS.....	70
Fontes.....	70
Bibliografia.....	71

1 INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 1988, o Brasil parecia entrar em uma nova era. Apesar do fracasso retumbante dos planos de estabilização econômica, as notícias da política anunciavam o alvorecer de uma época muito mais alvissareira. Com o retorno dos civis ao poder, a convocação de uma Assembleia Constituinte – que, aliás, registrou uma inaudita participação popular – dava a impressão de que a República brasileira, eternamente cambaleante, iria finalmente afinar-se com seu povo, após duas décadas de autoritarismo e repressão sob uma violenta ditadura empresarial-militar. No noticiário do país, o clima era de renovação e de esperança: era tempo de deixar para trás o passado incômodo e pensar no futuro, na democracia liberal, na Nova República.

No dia 26 daquele mês de fevereiro, passado um ano da inauguração dos trabalhos dos legisladores responsáveis por levar o Brasil ao encontro de sua maturidade política, subiu à tribuna da Câmara dos Deputados o constituinte Nilson Gibson, eleito pelo PMDB de Pernambuco. Gibson começou seu discurso dando a notícia de que, uma semana antes, haviam sido fechadas as comportas da barragem de Itaparica, no Rio São Francisco, dando início ao enchimento de um grande lago artificial. Uma vez cheio, o reservatório de Itaparica movimentaria turbinas capazes de gerar 2500 MW de energia elétrica. O potencial da hidrelétrica era, para o deputado, um “novo marco na vida do velho Rio São Francisco”, um belo sermão “em defesa da solidariedade e resgate de um povo inteiro” (Brasil, 1988, p. 5). Do alto do púlpito mais importante da República, Gibson vangloriou Itaparica como “uma obra que irá gerar milhões de quilowatts de energia elétrica, [...] melhorando as condições de vida para toda a população da região nordestina”. Itaparica é vista, então, como campeã do progresso, arauto do desenvolvimento, símbolo da vitória do bem comum sobre o bem individual. As agruras das populações atingidas pelo enchimento do lago são mencionadas, mas de maneira marginal: “Itaparica é uma experiência difícil para os habitantes da cidade de Petrolândia, em Pernambuco”, mas “tudo será superado pelo benefício econômico e social que a barragem propiciará a Pernambuco e à Bahia”. Afinal, de acordo com o deputado, “o desenvolvimento tem suas exigências, às vezes dolorosas”.

As dolorosas exigências a que Gibson faz referência descortinam uma outra face do Brasil da redemocratização, reveladora da destruição social e ambiental disparada pelo luminoso projeto de desenvolvimento da ditadura empresarial-militar. A construção da barragem de Itaparica começou a ser planejada ainda na década de 1970, no auge do regime. Inseria-se em um esforço mais amplo de construção de diversas megabarragens em todas as regiões do país, empreendido pelos militares, com o objetivo de estimular a industrialização e

a urbanização por meio da oferta de energia elétrica. Segundo Nathalia Capellini de Oliveira (2023), os militares, que chegaram ao poder com a promessa de combater a estagnação econômica, adotaram um modelo de planificação estatal centralizada para o setor energético. Esse modelo teve nas usinas hidrelétricas de energia (UHEs) um importante instrumento: entre 1964 e 1985, a capacidade hidrelétrica instalada no país passou de 4.894 MW para 37.427 MW, um aumento de impressionantes 664,75%.

Figura 1 - Localização do Território Itaparica. A: Em relação aos municípios vizinhos; B: Em relação ao Nordeste.



Fonte: Brasil, 2009.

Itaparica, que no auspicioso ano de 1988 começava a encher seu reservatório, é um capítulo dessa história de desenvolvimentismo militar no Vale do Rio São Francisco. Seu lago atingiu sete municípios na divisa entre Pernambuco e Bahia, inundando os centros urbanos de Petrolândia (PE), Itacuruba (PE) e Rodelas (BA). Segundo Maria Lia Corrêa de Araújo (2000), 10.400 famílias foram reassentadas, montante que compreende mais de 40 mil pessoas. Mais do que deslocamentos, o reservatório de Itaparica provocou a perda de modos

de vida tradicionais dos agricultores ribeirinhos do Submédio São Francisco e de populações indígenas como os Tuxá e os Pankararu. A destruição desse modo de vida está intimamente ligada à devastação dos ecossistemas da margem do São Francisco, área de solos muito mais férteis do que a caatinga circundante.

Mesmo diante desse quadro de verdadeira catástrofe social e ambiental, o deputado Gibson não hesitou em rasgar elogios ao presidente e aos técnicos da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), empresa estatal responsável pela obra, pelo trabalho desenvolvido na construção da barragem e pelo reassentamento da população atingida. As loas foram derramadas ainda que, apenas uma semana antes, quase 700 trabalhadores tenham acampado em frente à Diretoria de Implantação de Reservatórios da Chesf, exigindo que a empresa concluísse o pagamento das indenizações devidas aos atingidos antes da inundação do lago.

A atuação da Chesf no empreendimento, enquanto representante do Estado brasileiro, permite vislumbrar as nuances do projeto de desenvolvimento levado às últimas consequências pelos militares, mas cujas origens remontam a períodos anteriores (a empresa foi fundada em 1945). O caso de Itaparica é exemplar porque mostra como obras técnicas necessariamente traduzem intencionalidades e, com isso, exprimem determinadas concepções de natureza. Todas as etapas do planejamento e da execução do projeto – da escolha do local da barragem ao enchimento do reservatório –, longe de meras decisões técnicas, codificam uma ideologia específica, orientada pela noção de desenvolvimento e produzida pelos grupos que, durante a ditadura empresarial-militar, ocupavam o Estado. Encarnam, portanto, uma postura *política* em relação a grupos humanos (tanto àqueles que seriam diretamente reassentados pelo lago quanto aos que eram colocados enquanto beneficiários do novo potencial elétrico, como os habitantes das grandes cidades) e também não humanos: o Rio São Francisco, a planície de inundação, a vegetação, os animais, a paisagem.

Nesse contexto, não há separação possível entre o projeto desenvolvimentista estatal e sua concepção de natureza, bem como entre agência humana e não humana na concretização das megalomânicas barragens construídas pela ditadura. Para depreender a complexidade das *contaminações*¹ entre esse amálgama de agentes – e de representações –, é preciso lançar mão de uma abordagem integralizante que supere a dicotomia homem/natureza. Por isso, a História Ambiental desponta como a ferramenta ideal. Esse campo historiográfico está

¹ Emprego o termo no sentido que Anna Tsing o aplica, ou seja, como a condição radical em que as partes envolvidas num encontro transformam-se mutuamente a partir das relações que estabelecem entre si, estando vulneráveis umas às outras. Cf. TSING, Anna Lowenhaupt. *The mushroom at the end of the world. On the possibility of life in capitalist ruins*. 1ª ed. Princeton: Princeton University Press, 2015.

interessado em analisar os processos históricos a partir das relações entre humanos e natureza, numa perspectiva que considera a agência de fatores biogeoquímicos. Busca, logo, romper com o paradigma antropocêntrico, hegemônico entre as ciências sociais (Domańska, 2018). Sobre essa perspectiva, Capellini afirma:

L’histoire environnementale sera également utile pour montrer que les phénomènes sociaux – objets d’étude de la discipline historique – ne sont pas uniquement composés de relations sociales, mais aussi des représentations sur l’environnement, ainsi que de relations particulières entre humains et monde naturel (2019, p. 28).

Assim, a monografia que o leitor tem em mãos se propõe a analisar, a partir de uma abordagem da História Ambiental, a atuação do Estado brasileiro, via Chesf, na construção da barragem de Itaparica. Para tal, amparar-se-á na análise da bibliografia disponível sobre o tema, bem como no exame da documentação produzida pela Chesf no decorrer do projeto, a qual está disponível no acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC). Nesse sentido, é produto de uma pesquisa que buscou, como afirmou José Augusto Pádua (2010), empregar categorias ambientais para enquadrar fontes históricas que não foram necessariamente elaboradas com a preocupação ambiental.

O trabalho opera, portanto, entre o segundo e o terceiro nível da História Ambiental, segundo a classificação proposta por Donald Worster (1991). Em relação ao segundo, busca identificar pontos de ruptura na relação dos atingidos com seu ambiente após o enchimento do reservatório; quanto ao terceiro, preocupa-se com a concepção de natureza que anima o projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro.

2 ESCRREVENDO HISTÓRIA NO ANTROPOCENO

2.1 Pequeno manual de História Ambiental

Na segunda metade do século XX, o Ocidente redescobriu a natureza. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a interferência humana nos processos biogeoquímicos tem causado um salto exponencial nos índices de concentração de dióxido de carbono na atmosfera, de acidificação dos oceanos, alterações climáticas, decréscimo da biodiversidade tanto da fauna quanto da flora terrestres e marinhas. Esse processo tem sido chamado de Grande Aceleração (Engelke; McNeill, 2014). O grau de desequilíbrio ambiental disparado pela acumulação capitalista alcançou um patamar tão elevado que fez da discussão sobre o meio ambiente uma pauta incontornável.

O movimento ambientalista ocidental começou a tomar corpo político de forma organizada ainda na década de 1960. Inspiração para esse fenômeno foi, sem dúvidas, o trabalho da bióloga estadunidense Rachel Carson, pioneira na denúncia dos efeitos nocivos de pesticidas. Contudo, apenas na década de 1970 o ambientalismo ganhou fôlego e projeção internacional, com a realização da Conferência de Estocolmo (1972), primeira iniciativa multilateral de grande porte sobre a questão ambiental. A Declaração de Estocolmo é o primeiro documento que reconhece o direito humano a um meio ambiente de qualidade e serviu como base para a legitimação e o crescimento do movimento ambientalista global.

A História, feita por pessoas de seu tempo, não ficou alheia a essas transformações. Diante do caloroso debate público sobre a questão ambiental, surgiu, nos Estados Unidos, um grupo de historiadores preocupados em ressituar o estatuto da natureza dentro da escrita histórica. São os pioneiros da abordagem da História Ambiental, que guia este trabalho. O campo nasceu, portanto, motivado por um compromisso *político* assumido frente a uma questão candente de nosso tempo.

Essa não foi, por óbvio, a primeira vez que os historiadores se dedicaram ao estudo do ambiente. A História Ambiental não nasce em meio a um vácuo, mas imersa nas contribuições de predecessores importantes. O trabalho revolucionário de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* (1949), revela um historiador preocupado com as maneiras como a natureza intervinha na vida dos homens, tornando-se mais do que um mero pano de fundo silencioso e estanque. As obras de um grupo de

historiadores dos *Annales*² (além de Braudel, podemos citar Marc Bloch e Emmanuel Le Roy Ladurie), bem como o aporte teórico seminal de outras áreas, como geografia, biologia e antropologia, forneceram as bases para a constituição de uma abordagem histórica específica no contexto global da década de 1970.

A História Ambiental não se restringiu aos Estados Unidos e tem crescido largamente nos últimos cinquenta anos, em todo o mundo. Na América Latina, a virada do século foi um momento-chave para a constituição de uma rede de pesquisadores dessa abordagem, conforme Lise Sedrez (2014). Essa autora realiza um balanço da trajetória do campo no nosso continente e destaca o caráter inovador que vêm assumindo suas produções recentes. Sedrez sublinha que a adoção da História Ambiental por parte de historiadores latino-americanos tem sido fundamental para inserir essa seara nos debates próprios da historiografia regional – é o caso, por exemplo, da formação dos Estados nacionais, ou do desenvolvimento. A contribuição de predecessores já canônicos, como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Manuel Correia de Andrade, conformou uma base teórica sólida para a constituição de uma História Ambiental afinada à realidade social e natural do Brasil.

Mas do que se trata, afinal, a abordagem ambiental na História? De maneira geral, podemos afirmar que é uma área interessada nas relações entre seres humanos e mundo natural ao longo do tempo. A concepção de “natureza” tem uma longa trajetória no pensamento ocidental. Pádua (2010, p. 86) retoma o pensamento de Aristóteles para afirmar que a definição clássica do termo diz respeito às coisas que “existem por si mesmas, no sentido de possuir em si mesmas o princípio do seu movimento e repouso”. A natureza seria, assim, a dimensão daquilo que não é humano, o “mundo que nós não criamos originalmente” (Worster, 1991, p. 201).

Durante muito tempo, a natureza foi apreendida, no cânone ocidental, em oposição ao humano. Traços considerados inatos à espécie, como a razão e a técnica, eram postos em contraste com o mundo natural, de maneira hierarquizada. No início da modernidade, a preeminência do humano sobre o natural foi reiterada pela divisão cartesiana entre corpo e mente, natureza e cultura, trabalho manual e trabalho intelectual. A tarefa da História Ambiental é derrogar essa dicotomia e apreender a natureza como um processo histórico dinâmico, em relação dialética com as comunidades humanas, da qual se depreendem apropriações materiais e simbólicas. Adotar essa concepção significa recusar o entendimento de que o ser humano existe dissociado do mundo natural, de que suas maneiras de se

² Escola originada na França, no começo do século XX, à qual se atribui uma revolução no método historiográfico.

organizar socialmente não influenciam o meio natural em que vivem – ou são por ele influenciadas. Para Pádua (2010, p. 91), “o grande desafio teórico, no contexto da contemporaneidade, é pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural”.

Ao entender a natureza como processo, a História Ambiental lança mão de uma filosofia específica. Diogo de Carvalho Cabral (2021) analisou as contribuições de historiadores ambientais desde a década de 1980 para propor a criação de um quadro teórico comum, que pode ser operacionalizado por redes de pesquisadores e grupos de trabalho em diferentes partes do mundo. Esse quadro se baseia em três princípios: horizontalidade, negociação e emergência, os quais só podem ser compreendidos em relação uns com os outros e, aplicados em conjunto, buscam estabelecer a história humana dentro do escopo geral da história de todos os seres vivos e não vivos, unificando a história humana e a natural.

O primeiro princípio proposto por Cabral, horizontalidade, é o entendimento de que nenhum ente pode ser apreendido dissociado de seu contexto. Para esse autor, não existe uma “base ontológica” (*ontological ground*) sobre a qual os seres humanos se desenvolvem: ao contrário, a constituição da nossa espécie se dá em diálogo com outras espécies e seres não vivos. Para usar a terminologia de Anna Tsing (2015), os diferentes agentes terrestres contaminam-se mutuamente a todo momento, constituindo-se a partir do encontro. Não há, portanto, exclusividade – ou mesmo excepcionalidade – na experiência humana sobre a Terra:

Rather than developing in an environment, life is the process by which natural beings make one another, dwell on one another, weaving together assemblages that are both the content and the container of history. In this horizontal field of entangled agencies, to inhabit is to make oneself available to be inhabited – it is to offer oneself as a terrain for the Other's happening. [...] Humans participate in rather than create the world (Cabral, 2021, p. 241-242).

A horizontalidade não implica harmonia, antes faz da coexistência entre diferentes seres terrestres um processo político. Esse é o aspecto sublinhado pela noção de negociação: as relações entre humanos e não humanos são marcadas pela barganha, em uma dinâmica na qual os interesses dos primeiros nem sempre prevalecem. Isso não quer dizer, é claro, que essas relações são baseadas em um conflito necessário entre homens e meio natural; afirmá-lo seria incorrer no reducionismo moderno que opõe a natureza à cultura. Mais do que apenas conflito, a ideia de negociação busca dar conta tanto de disputa quanto de cooperação, de interesses tanto conflitantes quanto convergentes, numa dinâmica complexa de interação interespecífica.

Por sua vez, o conceito de emergência busca dar conta da relação dialética entre diferentes níveis de organização social e ambiental. Cabral chama atenção para o fato de que historiadores, em geral, estão acostumados a trabalhar com a noção de emergência. Ela aparece, por exemplo, no debate sobre a agência individual diante de estruturas sociais. Para o historiador ambiental, porém, essa noção é radicalizada por levar em conta a existência material, corpórea, dos diferentes atores. Assim, a emergência, na História Ambiental, permite compreender que ideologias políticas, formas de organização social, decisões de atores individuais, trocas metabólicas e regimes biogeoquímicos estão entrelaçados, influenciando-se a todo momento.

A História Ambiental se apresenta, assim, como um esforço de ampliação da disciplina histórica, conforme pontuou Donald Worster (1991). Se a História Social revolucionou o ofício ao alargar seu escopo de análise, incluindo as dinâmicas sociais de classe, gênero e raça, a História Ambiental, longe de esquecer esses marcadores basilares, insere outra variável na equação: os sistemas naturais. Entendendo a natureza como processo, a História Ambiental contribui para historicizar o ambiente – operação fundamental em tempos de crise climática – e lembra que o ser humano, sendo um animal político, não deixa de ser um animal.

2.2 O ofício do historiador diante da catástrofe

Em 2000, o químico Paul Crutzen e o biólogo Eugene F. Stoermer propuseram uma tese incendiária. Para eles, a Terra vivencia uma nova época geológica, responsável por suplantiar o Holoceno – período iniciado há mais de dez mil anos, após o fim da última glaciação. Essa nova época seria caracterizada pelas marcas indeléveis produzidas pela ação humana no planeta. A emissão colossal de gases do efeito estufa, derivada de um padrão de acumulação baseado na queima de combustíveis fósseis; a extinção em massa de espécies decorrente da caça predatória e das alterações climáticas; e a acidificação dos oceanos, entre outros fatores, seriam sinais de que a agência humana se tornou uma força *geológica*. Da origem humana desse novo período provém seu nome: Antropoceno, a era dos humanos.

O debate em torno do Antropoceno dá azo a uma revisão de premissas no interior das ciências humanas. Ainda que a realidade de uma nova *época geológica* não seja consenso – apesar de vir ganhando força nos congressos de geologia recentes –, a causa antropogênica das mudanças climáticas e ambientais é virtualmente aceita por toda a comunidade científica internacional. Nesse sentido, a separação fundacional da ciência moderna entre mundo natural

e cultura perde terreno. Dipesh Chakrabarty (2009, p. 201-207) afirma que as concepções hegemônicas da História, tributárias da filosofia de Vico e centradas na ação humana dissociada na natureza, são postas em suspeição diante desse novo contexto. Ao reconhecer que a espécie humana desempenhou um papel não só biológico, mas também geológico, isto é, de reconfiguração radical da morfologia planetária, o Antropoceno obriga os historiadores a incorporar o ambiente em suas análises.

É preciso matizar, contudo, o *antropo* contido na noção de Antropoceno. Isso porque esse radical dá a ideia de que a espécie humana compartilha uma responsabilidade comum na alteração dos regimes climáticos do planeta. A realidade, porém, se impõe: os maiores responsáveis pelo colapso são membros da classe dominante, sobretudo aqueles do Norte Global, maiores poluidores históricos. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2014) cita uma pesquisa demonstrando que, *per capita*, um cidadão dos EUA emite sete vezes mais dióxido de carbono do que a média global. Os países europeus, por sua vez, poluem cinco vezes mais. Donna Haraway, em diálogo com Anna Tsing (2019, p.5), critica o termo Antropoceno justamente porque ele supõe uma “ação de espécie”. A autora argumenta:

Most peoples on this planet have precisely not lived and exercised the same kinds of processes that break generations, that radically simplify ecologies, that drastically force labor in a mass way that creates a kind of global transformation and global wealth that is in and of itself genocidal and extinctionist. That is not a species act; it's a situated historical set of conjunctures, and I think to this day the term Anthropocene makes it harder, not easier, for people to understand that (2019, p. 5).

Outro crítico do termo Antropoceno é o pensador martinicano Malcom Ferdinand. Em obra recente (2022), ele afirma que as origens da emergência ambiental não se encontram em uma ação humana indiscriminada, mas especificamente na mundialização de um *habitar colonial* da Terra a partir da expansão marítima europeia. Assim, a fundação do mundo moderno – localizada não na renovação cultural e artística da Europa, mas na experiência colonial americana – engendrou um modelo de produção material e de relação simbólica com a natureza baseado na propriedade privada, na *plantation* e na escravização. Porto-Gonçalves, inspirado no arcabouço decolonial, alinha-se a essa perspectiva, ao situar as premissas da crise ambiental na conformação de um “sistema-mundo moderno-colonial” (2014, p. 25).

Matizado, o termo Antropoceno pode dar conta de uma experiência *sui generis* na história humana. Nunca antes fomos tão confrontados com a ideia de fim do mundo, que estampa jornais regularmente. As narrativas escatológicas, aparentemente onipresentes, escancaram a desigualdade abissal que rege a sociedade capitalista moderna: enquanto pessoas racializadas do Sul Global, principalmente mulheres, são o grupo mais atingido pelos desastres climáticos, as classes dominantes ensaiam uma política de *fuga* de um mundo

fraturado, negando a emergência ambiental ou planejando uma colonização interplanetária (Latour, 2020, p. 32).

Frente às violências de um mundo em ruínas, a História precisa assumir um compromisso político duplamente articulado. Como afirmou Chakrabarty (2008), é preciso costurar as tradições críticas da acumulação de capital com a história dos seres humanos enquanto espécie inserida em redes de interação ecossistêmica. Segundo o autor, “the crisis of climate change calls for thinking simultaneously on both registers, to mix together the immiscible chronologies of capital and species history” (2008, p. 219-220). Politicamente motivada, a História Ambiental desponta como instrumento do historiador comprometido com os condenados (para usar a expressão fanoniana) do Antropoceno: as populações originárias, as comunidades quilombolas, os rios contaminados, os solos envenenados, os trabalhadores rurais e urbanos despossuídos – e os atingidos por barragens.

2.3 Natureza e técnica, História e projetos hidráulicos

Ainda que a História Ambiental seja uma abordagem relativamente recente, a historiografia sobre barragens e outros grandes projetos hidráulicos é antiga e abundante. Tanto os empreendimentos da Antiguidade, como aquedutos e diques romanos e chineses, quanto as grandes obras modernas têm cativado os historiadores. Donald Worster, um dos pioneiros da História Ambiental, foi um dos responsáveis por incorporar a análise da gestão de águas ao escopo da abordagem ambiental. Em um trabalho seminal para o campo (1985, p. 30), ele analisa a ocupação e o desenvolvimento do capitalismo no Oeste estadunidense a partir de suas relações com regimes ecológicos e hidrológicos.

O trabalho de Worster não é o único da História Ambiental a relacionar gestão de recursos hídricos e disputas sociopolíticas. De fato, os corpos hídricos, sobretudo os rios, têm se mostrado um campo particularmente interessante para os historiadores ambientais. Exemplo disso é o estudo de Richard White sobre a história do Rio Columbia, no Noroeste estadunidense. Em seu livro, White (1995) tenta apreender o Columbia como uma “máquina orgânica”, um sistema energético que, apesar das constantes intervenções humanas – trata-se de um dos rios mais represados dos Estados Unidos –, ainda mantém características naturais. Essa análise parte da premissa fundamental da História Ambiental: a indissociabilidade entre sistemas humanos e a natureza. Para usar a metáfora espirituosa empregada pelo autor, ele não se propõe a fazer a história de dois cônjuges – história humana e história natural –, mas de um *casamento* (1995, p. 10). O livro de White é fundamental para entender que intervenções

técnicas (como barragens) em um ente como um rio não são capazes de controlá-lo integralmente, mas tornam-se parte de um ecossistema em constante transformação: “no matter how rationalized the river became, how closely linked with human labor and its products, it remained a natural system with a logic of its own” (White, 1995, p. 79).

O estudo de White se insere em um movimento de ampliação do interesse de estudiosos a respeito de barragens. O fato não é estranho se considerarmos que a construção de barragens é um dado que integra a Grande Aceleração. Segundo Capellini, das mais de 60 mil barragens que existem hoje, apenas 5 mil foram construídas antes de 1950: “À partir des années 1950, les barrages s’érigent de plus en plus aux quatre coins du monde, sous la rhétorique de la modernisation, du progrès et du développement” (2019, p. 24).

Essa expansão motivou diversos estudos, tanto das ciências humanas quanto das naturais. No Brasil, destacam-se os trabalhos de antropologia das populações atingidas, campo do qual Lygia Sigaud é pioneira, com sua pesquisa a respeito das barragens de Sobradinho e Machadinho (1986). Nessa seara, também há de se mencionar o projeto conduzido pela equipe de antropologia da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) sobre o reassentamento da população atingida pela barragem de Itaparica (Araújo, 2000). Com a evolução das megabarragens no país, o conhecimento acumulado pelo setor de construção civil também produziu obras importantes, embora carentes de perspectiva crítica, como o manual de Arnaldo Carlos Müller (1996).

Apoiados nas contribuições dessas diversas áreas, mas metodologicamente orientados pela História Ambiental, novas teses têm proposto interpretações inovadoras a respeito da história da construção de barragens no Brasil. Primeiro exemplo disso é precisamente a tese de doutorado de Nathalia Capellini de Oliveira, que estudou a barragem de Tucuruí, no Rio Tocantins (2019). Mais recentemente, a tese de Matthew P. Johnson empreendeu um esforço pioneiro de sistematização da história das barragens brasileiras, relacionando sua expansão à ditadura militar (2021).

As contribuições de diversos campos dentro da História e de áreas a ela externas, como a antropologia, a geografia e até mesmo a engenharia nos permitem perceber que barragens são objetos *técnicos* complexos, cuja análise pode revelar dinâmicas sociais, políticas, culturais, estéticas e ecossistêmicas.

A técnica normalmente é entendida como um *meio* através do qual os seres humanos intervêm na natureza, produzindo objetos de maneira imparcial. Milton Santos, um dos grandes teóricos a abordar a técnica, afirma que “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a

condições sociais” (2002, p. 68). A teoria elaborada por Santos é um instrumento valioso para abolir a ideia, sobremaneira corrente na atualidade, de que a técnica é neutra, politicamente desinteressada.

O discurso do deputado constituinte Nilson Gibson é um exemplo adequado desse tipo de pensamento: enaltece a barragem de Itaparica como um triunfo da técnica sobre o meio, como um “ser útil que deve ser tratado com carinho e com doses sublimes de respeito” (Brasil, 1988, p. 6). Os impactos devastadores desse empreendimento para a população atingida e para os ecossistemas circundantes são ou cabalmente esquecidos ou descaradamente menosprezados. Aqueles que criticam a obra só poderiam ser “agitadores e subversivos”. O deputado é categórico: “Só, e exclusivamente, aqueles que desejam auferir lucros políticos é que têm contestado o trabalho dos *técnicos* da CHESF.” (Brasil, 1988, p. 6, grifo nosso).

A técnica – e seus operadores – aparecem, portanto, como elementos inquestionáveis. Porto-Gonçalves critica essa “crença ingênua no papel redentor da técnica”, sublinhando que “o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido nele mesmo a sociedade que o criou, com as suas contradições próprias traduzidas nesse campo específico” (2014, p. 14-15). Ou seja: a técnica, distante da neutralidade que lhe querem impingir as classes dominantes, sempre responde a uma formação social específica, traduzindo uma correlação de forças assimétrica entre as diferentes classes sociais.

Com essa noção concorda Wiebe E. Bijker, ao afirmar que barragens, assim como outros projetos hidráulicos, são objetos “densamente políticos”. Para esse sociólogo holandês, “studying artifacts – how they are socially constructed as well as how they shape society – yields crucial insights into the history and development of science and into the history and development of societies” (2007, p. 110).

Marcos Aurélio Espíndola, ao analisar o represamento do Rio Uruguai, conclui que barragens são objetos técnicos criados com intencionalidades prévias, amparadas numa técnica que responde às necessidades da acumulação de capital (2015, p. 176). Essa “tecnização da natureza” desterritorializa as populações originárias e altera profundamente o espaço geográfico, alienando as comunidades locais da própria finalidade que justificou o empreendimento – no caso das barragens, a irrigação ou a geração de energia elétrica. Trocando em miúdos, a construção de barragens, legitimada por uma finalidade técnica – digamos, a geração de energia elétrica –, produz uma alteração radical do espaço, expulsando grandes contingentes populacionais, os quais, por sua vez, resultam pauperizados e amiúde excluídos das benesses que eram, ao fim e ao cabo, o objetivo da obra.

Diante dessas contribuições, fica claro que o estudo do planejamento e da construção da barragem de Itaparica precisa levar em conta as condições históricas da sociedade que a produziu, bem como do agente responsável por implementá-la: o Estado brasileiro, por meio da Chesf. Nesse contexto, é fundamental entender a *finalidade* que animou os esforços técnicos e sua evolução histórica no interior do Estado: a noção de desenvolvimento, que abordaremos a seguir.

3 UMA NAÇÃO VALE PELO NÚMERO DE CAVALOS QUE MOBILIZA EM SUAS TURBINAS: ÁGUA, ENERGIA E DESENVOLVIMENTO NA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO BRASIL

Em março de 1951, recém-empossado presidente após seis anos afastado do Catete, Getúlio Vargas enviou uma mensagem ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura daquele ano legislativo. Na missiva, o líder defendeu sua eleição como uma identificação do Estado com as forças populares, uma “reconquista do Estado pela sociedade viva” (Brasil, 1951, p. 8). Atacou as oligarquias que o precederam, elogiou seu passado na política e falou em reformas amplas, as quais haveria de levar a cabo com o “poderoso impulso construtivo dêsse (sic) movimento popular” (Brasil, 1951, p. 9). Ao longo de mais de duzentas páginas, tratou de diversos temas, da política externa aos transportes. Enquanto abordava a questão energética no Brasil, afirmou que “[o] consumo de energia, quer elétrica ou dos combustíveis, é um índice *final*, perfeitamente característico, do padrão de vida e do conforto de um povo evoluído” (Brasil, 1951, p. 155, grifo nosso). Foi além:

Uma nação vale economicamente (sic) pelo número de cavalos-vapor que mobiliza em suas turbinas, em seus veículos e em seus motores. [...] A natureza oferece oportunidades imensas aos povos que aprenderam a substituir a força (sic) do braço humano pela energia das máquinas. Os elementos necessários ao progresso de um país e ao bem-estar de seu povo se ampliam na proporção dos recursos energéticos mobilizados (p. 155).³

No discurso de Vargas, chama a atenção uma associação direta entre geração de energia e produção de bem estar social. A energia aparece como viabilizadora do progresso nacional por si só, como uma técnica fetichizada, capaz de promover o crescimento econômico e a justiça social. O presidente não leva em conta a distribuição desigual da energia produzida (ou dos lucros auferidos com sua produção), tampouco os impactos negativos que grandes obras de construção de usinas podem ter para as populações e os ecossistemas locais por elas afetados. A menção desses aspectos é evitada para destacar a produção de energia, peça-chave no projeto de desenvolvimento encampado por Vargas.

Essa mensagem é um indício valioso da maneira como o Estado brasileiro passou a encarar a geração de energia elétrica após as mudanças introduzidas durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. A centralidade que a questão energética assumiu na agenda estatal está imbricada no projeto mais amplo de intervenção do Estado na economia em razão de um bem maior: o desenvolvimento.

³ Essa citação foi originalmente mencionada em OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. Expansion hydroélectrique et contrôle de l'eau par l'État au Brésil (1930-1990). *Caravelle*, n. 119, 2023, p. 71-88. Disponível em: <https://journals.openedition.org/caravelle/13094>. Acesso em: 5 out. 2023.

A bibliografia científica a respeito desse conceito excede, em muito, as pretensões deste trabalho. Não temos a intenção de apresentar uma ampla revisão de literatura acerca do tema, ou de esgotar o debate sobre o desenvolvimentismo no interior do Estado brasileiro no século XX. Em vez disso, pretendemos questionar a ideia de desenvolvimento como uma *crença*, a partir das contribuições do antropólogo francês Gilbert Rist, e oferecer um brevíssimo panorama das formas como o projeto estatal mobilizou concepções específicas de natureza, sobretudo das águas, e energia. Dessa maneira, o capítulo que se segue busca abordar criticamente o desenvolvimentismo do Estado brasileiro, com foco em seu aspecto ambiental, até as metamorfoses que esse projeto sofreu durante a ditadura empresarial-militar.

3.1 Desenvolvimento como crença e como prática

Todos os anos, os países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima se reúnem na Conferência das Partes (COP), debatendo as melhores maneiras de se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU. Desde que foram introduzidos em 2016, os ODS têm se tornado uma tônica nos discursos de líderes políticos, ONGs e até mesmo de membros da classe empresarial. A ideia de desenvolvimento sustentável é relativamente nova, tendo ganhado propulsão a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como Rio 92). Contudo, o termo *desenvolvimento* ocupa o imaginário ocidental há mais tempo, justificando projetos tão nocivos do ponto de vista ambiental que a comunidade internacional achou por bem acoplar-lhe o adjetivo *sustentável*.

A ideia de desenvolvimento funcionou como justificativa para projetos tão distintos quanto a construção de barragens e o ativamento de programas nucleares. O trabalho de Gilbert Rist é útil para entender como esse termo se tornou hegemônico na comunidade internacional, sendo instrumentalizado por agentes à direita e à esquerda, reformistas ou revolucionários. Esse antropólogo francês busca analisar de um ponto de vista genético-histórico a origem e a mundialização da noção de desenvolvimento. Para isso, Rist rejeita a unanimidade construída em torno do termo e o põe em suspeição.

O autor critica as definições retiradas do senso comum: a ideia de que desenvolvimento significa crescimento, expansão da justiça social ou evolução da condição humana. Essas ideias são tidas como inócuas, já que apontam para um estágio ideal e utópico de satisfação plena das necessidades humanas. O desenvolvimento real acontece não nas ideias que povoa, mas nas práticas que legitima. Rist se pergunta:

¿Cómo negar que existen países "desarrollados" y otros "en desarrollo", proyectos de "desarrollo", ministros de "cooperación y desarrollo", un "Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo", un "Banco Internacional para la Reconstrucción y el Desarrollo" - más conocido por el nombre de "Banco Mundial"-, institutos de estudio del "desarrollo" ONG encargadas de promover el "desarrollo" y muchas otras instituciones y acciones que se identifican con el mismo objetivo? (2002, p. 22)

Para além de definições corriqueiras e simplistas, portanto, o desenvolvimento deve ser entendido a partir das práticas materiais que são perpetradas em seu nome. Ainda que o ideal utópico desse desenvolvimento (a eliminação da pobreza ou a elevação do espírito humano, por exemplo) não tenha se passado em lugar algum, sua ideia permeia uma série de instituições, políticas públicas, projetos de sociedade, tanto reacionários quanto revolucionários. Impacta, portanto, a materialidade do real. É por isso que, para Rist, o antropólogo que busca questionar o desenvolvimento deve seguir os mesmos passos do sociólogo da religião: em vez de acreditar naquilo que os fiéis acreditam, é preciso depreender a crença a partir das práticas sociais que ela engendra (2002, p. 30).

A comparação com a metodologia da sociologia da religião não poderia ser mais oportuna, já que o autor encara o desenvolvimento como uma *crença*, um elemento da religião dos modernos. Essa análise se ampara em alguns argumentos. Em primeiro lugar, ajuda a extinguir a ideia, tributária da Revolução Científica e do Iluminismo, de que o Ocidente é o reino do racional e do secularizado. Essa é a lógica que legitima empresas coloniais, imprimindo a culturas e povos não ocidentais a pecha de “exóticos”, “idólatras” ou “animistas” e produzindo o Outro não europeu⁴. Na contramão desse pensamento, a ideia de Rist é derrogar a oposição entre modernidade e tradição, *estranhando* a modernidade, a qual também se apoia em mitos.

Além de desnaturalizar a modernidade ocidental, enquadrar o desenvolvimento enquanto crença também faz sentido porque trata-se de uma ideologia cada vez mais influente, a qual é aceita sem discussões públicas – a despeito de vozes minoritárias que reivindicam o decrescimento. A crença no desenvolvimento guia o comportamento social e conta com seus próprios rituais e sacerdotes: as feiras internacionais, as reuniões de órgãos multilaterais, os tecnocratas responsáveis por analisar indicadores sociais e traçar projeções de bem estar social segundo dados, tendências, gráficos e tabelas. Sendo uma crença, o desenvolvimento também acolhe contradições sem que isso comprometa o fundamento do credo. Dessa forma, mesmo após os projetos desenvolvimentistas resultarem na pauperização de populações locais e na devastação do ambiente, o desenvolvimento continua sendo

⁴ Há uma vastíssima bibliografia disponível a respeito do encontro colonial e das construções de alteridade dele decorrentes. Para um estudo já clássico, cf. DUSSEL, Enrique. *1492: O encobrimento do outro*. A origem do mito da modernidade. 1ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

acreditado. Os projetos falhos são aceitos exatamente como tal: simples falhas, que não minam a estrutura da fé. Mesmo que as práticas do desenvolvimento historicamente tenham produzido impactos sociais e ambientais deletérios, o senso comum, no Ocidente, segue empregando o termo como sinônimo de bem estar social.

Buscando se contrapor a esses usos vulgares, Rist propõe uma definição própria do desenvolvimento: “um conjunto de práticas às vezes aparentemente contraditórias que, para assegurar a reprodução social, obrigam a transformar ou a destruir, de maneira generalizada, o meio natural e as relações sociais em função de uma produção crescente de mercadorias [...]” (2002, p. 29, tradução nossa). Em outras palavras, o desenvolvimento é um termo guarda-chuva usado para promover uma maior produção de mercadorias, unidade básica do capitalismo, ameaçando o bem estar social, através da subsunção da vida aos desígnios do mercado, e o equilíbrio ambiental, através de práticas produtivas predatórias. Todo esse quadro é levado a cabo com o intuito de reproduzir o capitalismo em uma constante ascendente de produção, da qual o sistema depende.

Essa conceituação aproxima o desenvolvimento do processo histórico de expansão capitalista. Sendo um movimento que promove a “produção crescente de mercadorias” às expensas da destruição generalizada do meio natural e das relações sociais, o desenvolvimento pode ser entendido como uma fronteira da acumulação do capital, baseada no crescimento irrestrito das forças produtivas e na generalização do trabalho assalariado precarizado. É um processo que provoca, assim, *novos cercamentos*. A esse respeito, autores como Silvia Federici (2019) têm argumentado que a infame acumulação primitiva de capital, celebrenemente analisada por Karl Marx (2017), não se restringe ao momento histórico de gênese das relações capitalistas de produção na Inglaterra moderna, mas compõe uma parte indispensável da expansão do capital em todas as suas fases. Logo, se a acumulação primitiva criticada por Marx previu o cercamento e a expropriação das terras de camponeses ingleses para dar espaço à criação capitalista de ovelhas, as novas acumulações primitivas promovem novos cercamentos e novas expropriações, desta vez de populações originárias, comunidades tradicionais e habitantes das periferias de grandes cidades, para dar espaço à especulação imobiliária, ao extrativismo mineral, ao avanço da fronteira do agronegócio e à construção de grandes usinas hidrelétricas, tudo isso em nome do desenvolvimento.

A intimidade entre o discurso do desenvolvimento e a expansão pantagruélica do capitalismo não escapou à crítica marxista atual. Diversas correntes teóricas questionam o desenvolvimento de um ponto de vista radical, denunciando a indissociabilidade entre modo de produção capitalista e colapso ecológico. Os ecossocialistas têm sido particularmente

incisivos e pertinentes em suas críticas. Essa corrente surgiu no fim do século XX, mas veio a consolidar uma rede de pesquisadores e militantes no começo do XXI. Segundo Michael Löwy (2021), um de seus maiores expoentes, o ecossocialismo opõe à sociedade capitalista de consumo e de desperdício um programa de transição radical, a partir do qual as forças produtivas devem ser qualitativamente transformadas para satisfazer as necessidades materiais da maior parte da população, no lugar de se orientar pela produção de mercadorias, o que solaparia a subsunção do valor de uso ao valor de troca.

Essa “Grande Transição” (Löwy, 2021, p. 471) ecossocialista é uma alternativa urgente diante da emergência climática. Um ponto basilar do ecossocialismo é o entendimento de que o modo de produção capitalista está na raiz do colapso ecológico global. Isso acontece porque o movimento geral da acumulação de capital e da mercantilização de tudo, linhas mestras do capitalismo, determina o crescimento constante como uma condição da reprodução do sistema. Ao mesmo tempo, a natureza é integrada ao circuito de produção como mero recurso a ser explorado. Ora, um mundo que dispõe de recursos finitos – combustíveis fósseis, água potável, florestas, rios etc. – não é capaz de comportar um modo de produção lastreado na expansão da produção *ad aeternum*, cujo imperativo é a privatização dos lucros e a socialização da miséria, em uma corrosão contínua das relações sociais e do ambiente.

Nesse sentido, também a noção quase religiosa de “desenvolvimento sustentável” está na mira da artilharia ecossocialista. Afinal, trata-se de uma contradição em termos: é irreal pensar que o desenvolvimento, que incentiva a infinita produção de mercadorias em detrimento dos sistemas terrestres, possa ser “sustentável”, isto é, legar um mundo social e ecologicamente funcional para as gerações futuras. Assim, “o projeto ecossocialista vai de encontro às ideologias desenvolvimentistas e produtivistas, inclusive aquelas no interior de círculos socialistas e teorias de esquerda” (Alves; Cordeiro; Oliveira, 2023, p. 8).

Não se pode depreender o desenvolvimento, portanto, a partir do que pregam seus sacerdotes. Ao contrário, para parafrasear Walter Benjamin, a tarefa do historiador é escovar o desenvolvimento a contrapelo. Isso passa por questionar a hegemonia desse conceito, desnaturalizá-lo e analisá-lo a partir das práticas que promoveu e legitimou, em vez do ideal que deveria ter sido. Examinar o desenvolvimento a partir da História Ambiental requer o estranhamento das relações entre a sociedade – sobretudo a sociedade ocidental – e a natureza, para que se possa entender de que maneira essas relações históricas e específicas animaram os projetos desenvolvimentistas do Estado brasileiro e suas metamorfoses históricas. A essa tarefa nos dedicamos a seguir.

3.2 Água, eletricidade e imperialismo: a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e o desenvolvimentismo no Estado brasileiro

A partir de 1930, transformações radicais alteraram a configuração do Estado brasileiro. As classes médias urbanas que lideraram o movimento armado de 1930 deram início a um processo de desagregação do Estado oligárquico, facilitando o acesso de grupos populares à política institucional sem, contudo, romper integralmente com as oligarquias (Weffort, 2003)⁵. O líder máximo desse processo foi Getúlio Vargas, que ocupou a presidência em duas ocasiões (de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954) e foi responsável por arbitrar o conflito de classes enquanto promovia uma ampla reforma do Estado brasileiro.

O fundamento das transformações efetuadas por Vargas foi a superação do liberalismo e sua substituição por um Estado de perfil interventor e centralizador, com presença marcante na economia, capaz de subsidiar e coordenar o processo de industrialização e de modernização do Brasil. Essa orientação tem sido chamada de *desenvolvimentismo* e é caracterizada por uma postura ativa do Estado em promover a superação do *subdesenvolvimento* (entendido como um estágio anterior ao desenvolvimento) por meio do investimento maciço no setor industrial. Ricardo Bielschowsky (2004, p. 250-252) afirma que o período de 1930-1945 é de gestação da ideologia desenvolvimentista, possibilitada pela conjunção de três elementos: a tomada de consciência em relação à defasagem econômica e industrial do Brasil, a formação da ideia de que o Estado deveria coordenar um esforço industrializante e a exacerbação de um certo nacionalismo econômico. Esses fatores foram estimulados pela crise capitalista internacional de 1929 e pela depressão que a seguiu, a qual minou as bases de uma economia nacional profundamente dependente da exportação primária.

Para levar a cabo o projeto de desenvolvimento, fazia-se imperativo um fortalecimento do Estado brasileiro, alargando suas prerrogativas e seu corpo burocrático. Esse movimento ficou conhecido como nacionalização da política (Corrêa, 2005). De um lado, era necessário centralizar no Executivo Federal funções antes delegadas aos governos estaduais e municipais. Do outro, as relações do Brasil com o capital estrangeiro e com o imperialismo precisariam ser reconfiguradas, marcando uma inflexão na integração do país aos circuitos internacionais de acumulação do capital. Tarefas como essas requeriam um maior número de

⁵ O tipo de relação estabelecida entre Estado e classes populares no período pós-1930 é um dos temas mais controversos da historiografia brasileira. Para uma revisão do debate entre populismo e trabalhismo, cf. DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, jul.-dez. 2012, p. 204-229. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2012v4n8p204>. Acesso em: 14 nov. 2023.

funcionários à disposição da União, o que levou à profissionalização de uma parcela das carreiras públicas, com a instituição dos concursos, e à criação de órgãos como o Departamento de Administração do Setor Público (DASP), peça central no esforço de racionalização e modernização da burocracia estatal.

Um elemento absolutamente essencial para esse processo era a utilização dos recursos naturais. Minérios do subsolo e florestas tornaram-se tema de discussão no interior do Estado e, pela primeira vez, foram submetidos a uma regulamentação legal (caso dos Códigos Florestal e de Minas, ambos de 1934). Segundo Maria Letícia Corrêa,

O esforço de codificação (os Códigos de Águas e de Minas foram promulgados no mesmo ano), nos anos 1930, relacionou-se com a crescente centralização de decisões relativas aos recursos naturais passíveis de exploração industrial — e, portanto, diretamente vinculados ao desenvolvimento econômico e à defesa nacional — na órbita do governo federal, e por uma redefinição, nessa etapa, das competências dos poderes público e privado nessa matéria. (2005, p. 255)

Caso merecedor de atenção especial é o do Código de Águas (Decreto-Lei nº 24.643/1934), parte integrante do “esforço de codificação” da natureza apontado por Corrêa. Essa legislação foi a primeira a regulamentar, a nível nacional, o uso das águas e da energia elétrica no Brasil. Ainda que a letra da lei trate apenas do aproveitamento do potencial hidrelétrico, outras fontes de energia também foram subordinadas a ela, por falta de marcos legais específicos (Oliveira, 2023, p. 4). O fato de uma única lei ser responsável por estabelecer parâmetros tanto para a exploração das águas quanto para a geração de energia elétrica revela a estreita associação estabelecida pelo Estado entre esses elementos. Trata-se de uma “subordinação da gestão da água aos interesses energéticos” (Oliveira, 2023, p. 4, tradução nossa), ou seja, a subsunção de um elemento natural primordial ao projeto do desenvolvimento. A preocupação com a regulamentação dos cursos e quedas d’água e sua instrumentalização na geração de energia elétrica – pré-condição para a industrialização e a urbanização do país – mostra como o desenvolvimentismo encara a natureza enquanto recurso econômico destituído de valor simbólico, pronto para ser mobilizado em favor de um “bem maior”, qual seja a superação do subdesenvolvimento.

O Código de Águas é um evento importante do processo de “nacionalização da política” e constitui um ponto de inflexão na história da energia elétrica no Brasil. Até a década de 1930, o setor era integralmente dominado pelo capital privado, sobretudo por firmas estrangeiras, como a canadense Light e a estadunidense Amforp. A Constituição de 1891 reservava aos entes federados a propriedade das águas que se localizassem dentro dos limites de terras públicas e a faculdade de contratar empresas para aproveitar o potencial energético e distribuir a energia gerada. Dessa forma, as primeiras usinas hidrelétricas no

Brasil foram construídas e administradas pelo setor privado (Müller, 1995), enquanto a maior parte dos contratos para fornecimento de energia elétrica eram firmados entre os próprios municípios e as empresas (Corrêa, 2005, p. 266), normalmente estrangeiras (a capital federal, por exemplo, era abastecida pela Light).

Nesse contexto, o Código de Águas marca uma virada em direção à estatização do setor. Em primeiro lugar, dissociou a propriedade do solo e a propriedade das águas. Isso significava que, a partir de então, o proprietário de uma terra cortada por um rio ou outro corpo d'água não seria, necessariamente, seu dono. Essa separação significava, na época, uma “inovação jurídica, que distinguiu a energia potencial das quedas d'águas, tomada como um bem independente, separado dos terrenos ribeirinhos, passível ele mesmo de apropriação e utilização” (Corrêa, 2005, p. 287). Por isso, ganhava tração a ideia de que esse bem, separado da propriedade individual, deveria ser explorado em benefício coletivo (Corrêa, 2005, p. 288) – no Brasil, esse tipo de pensamento levou à nacionalização das águas públicas. O Código de 1934 passou ao patrimônio da União todos os corpos d'água públicos de uso comum, além de delegar ao governo federal o poder concedente de empreendimentos hidrelétricos. Essa concentração de funções na esfera da União serviu à nacionalização da política pelo óbvio empoderamento do governo federal diante dos estados e dos municípios. Além disso, o Código previa a proibição de concessões a empresas estrangeiras – ainda que preservasse as concessões preexistentes, dada a onipresença do capital estrangeiro nos contratos de eletrificação.

Para aplicar o Código e fiscalizar o setor, Vargas criou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), em 1939. O CNAEE foi a primeira agência reguladora da área de energia no Brasil e tinha como função, ademais da regulamentação do Código de Águas, a administração dos racionamentos, o planejamento da integração da rede elétrica, a mediação de conflitos entre partes de contratos de concessão e o levantamento estatístico do setor. Corrêa destaca que, em seus primeiros anos, o CNAEE agiu de maneira “pragmática”, realizando diversas cessões a grupos estrangeiros e adiando o cumprimento das cláusulas mais nacionalistas do Código de Águas (2005, p. 282), com a justificativa de que uma ofensiva aberta contra esses agentes poderia levar a uma escassez de energia, freando a industrialização.

Um sinal do caráter estratégico do setor de energia elétrica para o projeto desenvolvimentista é o fato de que a indicação dos membros do CNAEE era prerrogativa do presidente. O provimento por indicação presidencial foi inspirado na Federal Power Commission, agência reguladora dos Estados Unidos que serviu de modelo para o conselho

nacional. Nos EUA, contudo, as indicações do presidente precisavam ser chanceladas pelo Senado e havia restrições quanto à filiação partidária dos indicados – freios desnecessários no Brasil do Estado Novo, com um Congresso fechado e um sistema partidário banido (Corrêa, 2005). O modelo de composição do CNAEE era distinto até mesmo entre conselhos nacionais semelhantes, que costumavam seguir um modelo corporativo, destinando cotas para diferentes associações de classe (caso, por exemplo, do Conselho Nacional de Petróleo). O poder quase discricionário do presidente em indicar os membros desse colegiado demonstra a centralidade da gestão das águas e da energia elétrica dentro do projeto desenvolvimentista do Estado.

A inspiração do CNAEE na Federal Power Commission não é o único caso de influência estadunidense no setor energético brasileiro. Após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento do ramo de energia nacional esteve estreitamente ligado a um novo momento das relações entre Estados Unidos e América Latina, no contexto da Guerra Fria, baseado na cooperação para o desenvolvimento. Um marco incontornável desse movimento foi analisado por Gilbert Rist em seu estudo sobre o desenvolvimento. Trata-se do Ponto IV do discurso inaugural de Harry Truman, proferido na ocasião de sua recondução à presidência dos EUA em 20 de janeiro de 1949. O Ponto IV estabelecia a responsabilidade de prestar assistência técnica e científica aos países subdesenvolvidos como uma das diretrizes da política externa estadunidense. Na mensagem de Truman, a promoção do desenvolvimento para “mais da metade da população do mundo, que vive em condições próximas à miséria” (Estados Unidos, 1949), passava por “disponibilizar os benefícios de nosso conhecimento técnico acumulado” e “fomentar o investimento de capital” (Estados Unidos, 1949), estimulando a industrialização como meio de atingir o bem estar social.

Para Rist (2002, p. 92), o discurso de Truman se assemelha a um sermão religioso. Soa como um chamado aos seus compatriotas para que *salvassem* as populações da periferia do mundo e embarcassem em uma missão civilizatória, assumindo novamente o fardo do homem branco. Essa convocação se tornou o ponto de partida de uma nova era nas relações entre países desigualmente posicionados no sistema-mundo. Se, antes, a divisão fundamental colonizador-colonizado pressupunha um abismo intransponível (e até ontológico) entre centro e periferia, agora, o binômio desenvolvido-subdesenvolvido colocava todos os atores internacionais em um mesmo gradiente – alguns mais à frente que outros, é verdade, mas todos nos mesmos termos⁶. Essa nova concepção guardava a promessa de que o

⁶ A crença na possibilidade real de atingir o desenvolvimento pautou o debate econômico da América Latina nos anos 1950 e 1960, tendo a CEPAL à testa. Às margens da discussão hegemônica, um grupo de teóricos ligados à Teoria Marxista da Dependência (TMD) questionava essa premissa, avaliando que o subdesenvolvimento era a

desenvolvimento seria alcançável: bastava que as nações subdesenvolvidas seguissem as recomendações dos países desenvolvidos e abrissem suas economias ao capital estrangeiro, bem como ao seu arcabouço técnico e científico.

O discurso de Truman inaugurou a postura que os Estados Unidos teriam para com a América Latina nas décadas seguintes. A invenção do subdesenvolvimento (a palavra *underdeveloped* é usada pela primeira vez no Ponto IV) e a promoção de seu antídoto constituem uma estratégia de aproximação dos países periféricos à esfera de influência estadunidense, no bojo de uma ordem internacional bipolarizada. Assim, missões de cooperação bilaterais, equipes de assistência técnico-científica e pacotes de financiamento à indústria assumem o papel dos velhos flibusteiros, invadindo as economias dos países latino-americanos nos marcos de uma reconfiguração da Divisão Internacional do Trabalho. A nova face do imperialismo nesse tempo é, portanto, a promoção do desenvolvimento como pretexto para facilitar a invasão de capitais estrangeiros e a inoculação de valores e hábitos oriundos da sociedade de consumo estadunidense. Rist, ao abordar o discurso de Truman, conclui que,

En unos pocos párrafos, se afirma una estrategia global. Aunque sirve de entrada a los intereses particulares de la nación más poderosa del mundo, aparenta no preocuparse más que del bien común, y presenta al “desarrollo” como un conjunto de medidas técnicas (utilización del saber científico, crecimiento de la productividad, intensificación de los intercambios internacionales) y situadas por tanto al margen del debate político; lo que permitirá dotarla — según los lugares y los momentos — de interpretaciones conservadoras o revolucionarias (2002, p. 93-94).

As iniciativas estadunidenses cumpriram papel importante na consolidação de uma infraestrutura hidrelétrica estatal. Para Andrey Minin Martin, a “formação e a consolidação de uma diversidade de projetos hidrelétricos nacionais encontram-se conectadas a uma gama de novas experiências de planejamento regional difundidas por projetos internacionais” (2015, p. 2). Uma empresa em específico, a Tennessee Valley Authority (TVA), serviu como modelo para a criação da primeira estatal brasileira voltada à geração de energia elétrica, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, que, décadas mais tarde, seria responsável por planejar e construir a Usina Hidrelétrica de Itaparica. A inspiração na TVA forneceu o molde para a estruturação administrativa e para a missão institucional da Chesf. Por isso, explorar a história dessa empresa estadunidense pode nos ajudar substancialmente a entender a genética da instituição que levou a cabo o projeto Itaparica.

condição estrutural do capitalismo latino-americano. Cf. MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 1ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

Como resposta à depressão econômica que depauperou a população estadunidense no início da década de 1930, o presidente Franklin Roosevelt apostou em um pacote de medidas baseadas na intervenção entusiasmada do Estado na economia. O *New Deal* de Roosevelt conjugou o investimento em obras públicas com subsídios agrícolas e o fomento à geração de empregos, assinalando o início da era keynesiana da política econômica no centro do capitalismo. A criação da TVA foi parte integrante desse processo.

Criada por uma lei federal em 1933, a Tennessee Valley Authority é uma autarquia federal responsável por promover o desenvolvimento da região da bacia do Rio Tennessee através da geração e distribuição de energia elétrica, do planejamento urbano e do incentivo à agricultura e à instalação de indústrias. O modelo da TVA era inovador em diversos pontos. Em primeiro lugar, a empresa era responsável por administrar o desenvolvimento de uma região delimitada por um fator natural (no caso, a bacia do Rio Tennessee), e não por divisões político-administrativas. Além disso, a concentração de poderes na mão da autarquia levava a uma abordagem integralizante de suas ações: apesar de a geração de energia ser seu carro-chefe, a TVA também executava programas de mecanização da agricultura, estímulo a pequenas indústrias (sobretudo de beneficiamento de produtos agrícolas), reflorestamento, construção de cidades planejadas e educação. Instituíam-se uma intervenção totalizante, coordenando ações em diversas frentes, com o objetivo de modernizar e desenvolver a área (Silveira, 2021).

A escolha da região da bacia do Tennessee não ocorreu por acaso. A área era, historicamente, uma das mais pobres dos Estados Unidos, com altas taxas de analfabetismo, acesso precário a serviços públicos e um violento conflito racial entre a elite branca e as populações racializadas. A TVA transformou a região com a oferta de energia elétrica (foram construídas mais de dez barragens em sua primeira década), a construção de cidades e o subsídio para compra de eletrodomésticos, promovendo o crescimento econômico sem abordar a desigualdade social e racial.

A atuação da TVA foi considerada um grande sucesso e cumpriu sua “missão de ser o exemplo da modernização capitalista, demonstrando sua superioridade frente às promessas de melhorias sociais e tecnológicas dos modelos em disputa em escala mundial, fascista alemão e comunista soviético” (Silveira, 2021, p. 4). O ideal da TVA era traduzido pelos escritos de seu primeiro presidente, David E. Lilienthal, que encarava a modernização do Vale do Tennessee como um passo em direção à criação de um mundo novo em que a energia conduziria a profundos ganhos sociais, uma “democratização do quilowatt”. A crença no papel messiânico da energia fica clara quando Lilienthal afirma que as “águas outrora perdidas e destruidoras

foram domadas e postas a trabalhar dia e noite, gerando energia elétrica para aliviar o peso da lida humana” e que outros rios estão “à espera de que o homem os controle – o Iang-Tsé, o Obi, o Paraná, o Amazonas, o Nilo” (*apud* Martin, 2015, p. 11). Trata-se de um pensamento comum na época: a partir da instrumentalização da natureza, particularmente dos rios, a sociedade moderna poderia gerar a energia elétrica que, por si só, garantiria o bem estar social, como uma vitória da técnica – é a mesma lógica que subjaz à mensagem de Vargas ao Congresso em 1951. Segundo Markus Brose, “la fascination exercée par le modèle TVA au Brésil avait beaucoup à voir avec l’idée que les travaux d’ingénierie pouvaient à eux seuls promouvoir le développement” (*apud* Oliveira, 2023, p. 5).

A menção de Lilienthal a outros rios ao redor do mundo faz perfeito sentido quando levamos em consideração que o “modelo TVA” passou a ser exportado pelos EUA como uma solução milagrosa para desenvolver regiões pobres, realizando plenamente seu potencial natural (particularmente, hidrelétrico). Essa tática se inseria na estratégia de promoção do desenvolvimento por meio da cooperação técnica, com o objetivo de afastar países subdesenvolvidos da órbita soviética. Para o Brasil, o modelo TVA teve um impacto particular, servindo como parâmetro para a criação da Chesf. O relatório final da Missão Cooke (1942)⁷, por exemplo, recomendava a instalação de grandes centrais hidrelétricas no Rio São Francisco, aos moldes da TVA. Diversas figuras públicas brasileiras realizaram visitas técnicas à autarquia estrangeira, dentre elas o ministro da Agricultura Apolônio Sales, o presidente Dutra e uma equipe da então recém-criada Chesf (Martin, 2015).

Inspirada na TVA, pensada para levar o desenvolvimento e a modernização ao Vale do São Francisco, a Chesf foi criada pelo decreto-lei nº 8.031, de 1945, e entrou em operação em 1948. Tendo a experiência do Tennessee em seu horizonte, os técnicos da Chesf buscaram concentrar na eletrificação do sertão suas esperanças de superação da histórica pobreza da região. A esse respeito, Jamile Silva Silveira se pergunta:

O projeto da CHESF foi direcionado somente para a geração e distribuição de energia? Todos os outros elementos [do modelo TVA], como a melhoria das condições de vida da população, seriam uma consequência desta produção ou estes elementos já faziam parte do projeto de intervenção? De certo que a *geração de energia foi colocada como a redenção do Nordeste, e, por conta disto, a Companhia poderia agir livremente na região para produzir sua salvação, o que resolveria todos os problemas* (2021, p. 8, grifo nosso).

⁷ Primeira missão de cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos, realizada em meio às negociações pelo empréstimo que financiaria a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional. Além da Missão Cooke, foram realizadas outras iniciativas bilaterais, como a Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico (CMBEU, 1951-1953), nos marcos do novo contexto internacional de promoção do desenvolvimento. O incentivo à geração de energia elétrica como premissa da industrialização e do desenvolvimento foi um tema recorrente em todas essas instâncias.

A reflexão de Silveira é pertinente para percebermos que a Chesf, apesar de criada sob a égide da TVA, não pensava em uma intervenção integrada na região da bacia do São Francisco. Pelo contrário, a razão de ser da companhia era a geração de energia hidrelétrica, que deveria, por si só, desenvolver a área. Nathalia Capellini de Oliveira cita um caso ilustrativo dessa postura da Chesf. Quando interrogado, em uma CPI federal, sobre uma enchente causada pela má administração da barragem de Sobradinho, em 1982, o diretor da Chesf afirmou que o setor elétrico havia cumprido sua obrigação e que não seria responsável pela omissão de outros setores. Para Capellini, “le message de la CHESF était clair: elle devait fournir de l’énergie et cela fonctionnait; si la population n’était pas contente ou si le contrôle du débit ne fonctionnait pas, ce n’était pas son problème” (2023, p. 9).

Nascida de um contexto em que o Estado brasileiro tentava ampliar sua participação no setor energético sem, contudo, romper com o mutante imperialismo estadunidense, a Chesf representa cabalmente o espírito do desenvolvimento de sua época. Para transformar o sertão em uma sociedade nova, moderna e desenvolvida, a geração de energia elétrica era condição premente e prioridade absoluta. Deveria ser levada a cabo, custasse o que for: o São Francisco deveria ser represado e as turbinas das hidrelétricas deveriam girar, a despeito de toda a devassa social e ambiental que sua construção poderia trazer – e trouxe, como veremos, em Itaparica. Para parafrasear Bergman, analisar os auspícios sob os quais surge a Chesf é como assistir ao ovo da serpente: sob sua fina membrana, já se distingue o réptil completo.

3.3 O desenvolvimentismo da caserna: Doutrina de Segurança Nacional e *boom* hidrelétrico

Em 1º de abril de 1964, uma junta militar depôs o presidente João Goulart, dando início a uma ditadura que perdurou por mais de vinte anos e reorientou radicalmente as bases do capitalismo brasileiro. Ao longo da vigência do regime, os principais cargos do Estado foram ocupados, majoritariamente, por militares de alta patente. No entanto, as Forças Armadas não estiveram sós na maquinação que levou ao golpe, tampouco governaram sem dialogar com os interesses de outros grupos da sociedade civil. Isso levou a metamorfoses no caráter desenvolvimentista do Estado, guardando implicações importantes para o setor de energia elétrica.

O tema do Estado é, talvez, o mais complexo, contraditório e polêmico de toda a trajetória das ciências humanas. Este trabalho não reúne as condições necessárias para revisar a infindável bibliografia sobre o tema, nem mesmo para oferecer um balanço das principais tendências dessa discussão. O historiador, porém, há de explicar os conceitos com que

trabalha. Nesse sentido, alinhamo-nos à perspectiva já clássica de René Armand Dreifuss (1986), cientista político uruguaio que, amparado em extensa documentação, analisou o golpe de 1964. Seguindo uma abordagem gramsciana, Dreifuss entende que a tomada do Estado não foi obra solitária dos militares, mas, pelo contrário, foi arquitetada por grupos da sociedade civil, sobretudo empresariais, ligados ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – o famigerado complexo IPES/IBAD. Com a interferência da elite orgânica (isto é, a vanguarda organizacional da burguesia), a ditadura que se montou foi uma “ordem empresarial”, marcada pela convivência entre os interesses dos militares e da alta burguesia brasileira. Formou-se, portanto, uma ditadura civil-militar ou, ainda, *empresarial-militar*.

A conclusão a que chega Dreifuss é possível porque seu método de análise segue a concepção gramsciana de Estado. Para Gramsci (2017), o Estado não pode ser entendido em separado da sociedade civil e, portanto, da luta de classes. Ele não se situa acima da sociedade, flutuando sobre ela como um Leviatã. Pelo contrário, é formado pela conjunção entre a sociedade política e a sociedade civil, em uma relação social dialética que traduz o conflito constante entre diferentes classes sociais – e mesmo entre frações contenciosas dentro de uma mesma classe. É essa teoria ampliada do Estado a que Dreifuss se reporta para analisar como a ação de grupos e associações de classe (aparelhos privados de hegemonia, no léxico gramsciano), para além dos órgãos institucionais, estruturou a criação da ordem empresarial no pós-1964.

A ditadura empresarial-militar foi responsável por operar um giro no tipo de desenvolvimentismo levado a cabo pelo Estado, nos marcos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN foi elaborada no interior da Escola Superior de Guerra (ESG), sob marcada influência do imperialismo estadunidense. O alicerce da DSN era a ideia de que, para garantir a segurança nacional (tida como fim último), o Estado deveria lançar mão tanto de estratégias de desenvolvimento econômico quanto de violência institucional. Na geopolítica da Guerra Fria, a “segurança nacional” estava associada à perseguição aos comunistas e organizações de esquerda, entendidos como “inimigos internos”, ao alinhamento diplomático aos EUA, à inserção do Brasil aos circuitos internacionais de acumulação de capital de maneira subordinada e a um projeto de desenvolvimento industrial que aliviasse a miséria e apaziguasse conflitos sociais. Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura, usou o termo “binômio segurança-desenvolvimento” para explicar como os militares apreenderam o desenvolvimento: um meio de garantir a reprodução capitalista, afastando a ameaça comunista. Para Bruno Bruziguessi, a “apropriação do desenvolvimento junto à segurança foi

típica dos países da América Latina, por conta de seu contexto econômico e social, visto que, na essência, países que sofriam de grandes mazelas sociais tinham uma maior propensão a receber as ideias socialistas” (2015, p. 60).

Dessa forma, o grupo militar que tomou o Estado em 1964 deu início a um processo amplo de reconfiguração do capitalismo e do desenvolvimentismo no Brasil. Para perseguir a classe trabalhadora organizada, promoveu uma política de terror, articulando censura, tortura e desaparecimentos, além de impor medidas econômicas que estrangularam os mais pobres, como o arrocho salarial e a proibição da greve. Para promover o desenvolvimento, investiu na industrialização, com amplas concessões ao capital estrangeiro e à burguesia nacional, a essa altura já subordinada aos grupos dominantes internacionais. Esse movimento é marcado pela importância da construção de obras públicas “faraônicas”, dentre as quais diversas megabarragens.

Esse processo tem sido chamado por alguns autores de modernização conservadora; por outros, de modernização autoritária. O termo “modernização conservadora” foi cunhado por Barrington Moore Jr., em sua análise do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha do século XIX. No Brasil, pesquisadores empregam o termo para dar conta, de maneira geral, do processo de “modernização” do país durante a ditadura (impulso da indústria, urbanização e crescimento econômico), que foi acompanhado do aprofundamento da desigualdade social e da manutenção da posição dominante da burguesia. Bruna Gorgen Zeca realiza um balanço do debate historiográfico sobre esses termos, alinhando-se à posição de Rodrigo Patto Sá Motta. Essa corrente é centrada, segundo Zeca, na ideia de que

A ditadura foi simultaneamente autoritária e conservadora. É possível dizer que o intuito modernizador se focava no prisma econômico e administrativo, visando ao crescimento econômico, à melhoria do funcionalismo estatal e à aceleração da industrialização. Por outro lado, o projeto autoritário-conservador se dirigia no sentido de manter os segmentos subalternos excluídos e de combater qualquer ideia ou agente de esquerda (Zeca, 2021, p. 162).

Essa modernização “pelo alto”, assim como os projetos desenvolvimentistas anteriores, teve no setor de energia elétrica seu ponto nevrálgico. A estatização do ramo, iniciada com a promulgação do Código de Águas e a criação da Chesf, avançou a galope ao longo da década de 1950, quando foram criadas outras empresas regionais. O processo culminou na criação do Ministério de Minas e Energia (MME), em 1961, e da Eletrobrás, em 1962, a qual comprou os empreendimentos hidrelétricos da Light e da Amforp e integrou as subsidiárias regionais: Eletronorte, Eletrosul, Chesf e Furnas (Müller, 1995). Ao tomar o poder, portanto, os militares já contavam com um aparato administrativo amplo e centralizado para o setor elétrico, presente em todas as regiões do país.

Entre 1964 e 1985, o potencial hidrelétrico do país aumentou em mais de sete vezes, passando de 4.894 MW para 37.427 MW. A escala da expansão hidrelétrica no país justifica tratarmos esse processo como um *boom* das barragens no Brasil, que aconteceu *pari passu* com o crescimento exponencial da construção de barragens a nível global. Para Matthew P. Johnson (2021), o investimento particular nas grandes represas era importante para a ditadura de três maneiras. Em primeiro lugar, eram um requisito material do crescimento econômico e da industrialização dos quais o regime desesperadamente necessitava, pois lhe conferiam legitimidade. O Brasil não era autossuficiente em petróleo, tampouco contava com largas reservas de carvão e, como vimos, a associação entre água e energia elétrica já era tradicional dentro do Estado brasileiro, de modo que a fonte hidrelétrica despontou como uma solução óbvia. Em segundo lugar, o represamento de rios localizados em áreas pouco povoadas, como a Amazônia e o sertão nordestino, era uma tática crucial no projeto de integração nacional que constituía um dos pilares da Doutrina de Segurança Nacional. Por fim, a complexidade técnica embutida em uma barragem de grandes proporções conferia prestígio aos generais, ciosos de legitimar seu regime de tantas formas quanto pudessem.

Johnson critica as barragens erigidas pela ditadura como “templos de faraós modernos”, fazendo alusão ao adjetivo “faraônico”, muito usado para questionar as megalômanas obras públicas levadas a cabo no período. Os “faraós modernos” aos quais ele se refere (2021, p. 83), porém, são figuras específicas, com alinhamento de corporação e, sobretudo, de classe. Trata-se dos personagens responsáveis por efetivar os grandes empreendimentos hidrelétricos: os presidentes, como Costa e Silva, Médici e Geisel (que deram início à construção da maioria dos projetos); os ministros que os aconselhavam, em especial os ministros de Minas e Energia, dos quais se destacam José Costa Cavalcanti, militar de carreira, e Antônio Dias Leite, engenheiro e exemplo de uma “elite tecnocrática que guiou os generais os quais supervisionaram o grande *boom* de construção de barragens” (Johnson, 2021, p. 87, tradução nossa); e os empreiteiros, em especial o grupo seletivo das seis empresas mais beneficiadas nos escusos contratos de licitação da época.

Esse último grupo de faraós modernos é particularmente interessante para a concepção ampliada de Estado que adotamos. Johnson não adota uma perspectiva gramsciana e aborda apenas marginalmente as relações promíscuas entre o empresariado da área da construção pesada e a ditadura. A esse respeito, Pedro Henrique Campos (2013), integrante de um grupo de pesquisadores da UFF profundamente influenciados pela obra de Gramsci, realizou uma análise de fôlego da influência dos empreiteiros no governo dos generais. Campos encara as associações de classe da engenharia e as sociedades nacionais da indústria de construção

pesada como aparelhos privados de hegemonia, que incidiram sobre o Estado a partir da imprensa, de campanhas de mobilização e de conexões pessoais entre empresários e figuras bem posicionadas dentro da estrutura do regime.

Tendo esses faraós modernos à ponta de lança, a ditadura empresarial-militar financiou mais de vinte e cinco megabarragens, cada uma com potencial maior que 500 MW e uma área inundada superior a 200 km² (Johnson, 2021, p. 19). Esse esforço devassou os rios brasileiros de norte a sul, subindo represas em todas as principais bacias hidrográficas do país, do Amazonas ao Paraná, marcando presença, é claro, no São Francisco, a partir da atuação da Chesf. A exigente barragem de Itaparica carrega as marcas desse processo histórico: é um capítulo da expansão hidrelétrica promovida pelos militares e pelo empresariado, erigida sob o signo do desenvolvimento no sertão do São Francisco. Sobre ela nos debruçamos no capítulo seguinte.

4 REDEFININDO ECOSISTEMAS, DIVIDINDO COMUNIDADES: A BARRAGEM DE ITAPARICA E SEUS IMPACTOS

4.1 Planejando a inundação

A barragem de Itaparica é um capítulo do extenso livro do desenvolvimentismo brasileiro no setor elétrico. Parte de um todo, portanto, mas carrega uma complexidade singular: é um capítulo idiossincrático, doloroso e exigente como ele só. Sua história, contudo, remonta a um capítulo anterior dessa crônica, ao qual se liga profundamente e que serviu de alerta para os seus atingidos. Começa em Sobradinho, o “barração” que a Chesf construiu para estabilizar o curso do Rio São Francisco e viabilizar seu represamento a jusante.

A ideia de construir uma megabarragem no Rio São Francisco era antiga. Tecnicamente, essa era uma exigência para ampliar o número de hidrelétricas em seu curso. Isso acontece porque, localizado em uma região notadamente árida, o São Francisco sofre de secas intensas em alguns trechos, tornando o seu fluxo irregular. Nessa situação, a construção de uma grande barragem, com comportas controladas e um reservatório vasto, seria capaz de regularizar o fluxo do rio a jusante, abrindo caminho para a construção de novas represas equipadas com usinas (Johnson, 2021).

Em 1969, o Ministério de Minas e Energia, então comandado por José Costa Cavalcanti, criou uma comissão para estudar o potencial hidrelétrico do trecho submédio do São Francisco e determinar a localidade da próxima barragem a ser erigida pela Chesf. Esse grupo afunilou as opções até restarem duas: Sobradinho e Itaparica. De maneira geral, construir o “barração” em Itaparica era um caminho tecnicamente superior: a região permitiria que o reservatório fosse mais profundo e, além disso, preveniria o avanço do assoreamento na região da barragem de Paulo Afonso. Ainda assim, “em junho de 1971, o MME escolheu construir sua grande barragem em Sobradinho, apesar da superioridade técnica de Itaparica” (Johnson, 2021, p. 106, tradução nossa).

Johnson (2021) avalia que a decisão do governo foi pensada para não arcar com os custos políticos da obra em Itaparica. Se, em ambas as localidades, uma área imensa seria inundada e milhares de pessoas seriam expulsas de suas terras, em Itaparica havia uma maior presença de latifundiários e de infraestrutura criada para a agricultura irrigada. Sobradinho, por sua vez, removeria agricultores pobres, um preço que a ditadura empresarial-militar estava disposta a pagar. Uma investida contra membros da elite agrária, embora não

comprometesse a construção da barragem, seria mais onerosa para o governo do que a expulsão dos trabalhadores de Sobradinho. Essa escolha mostra uma vez mais que esforços propagandeados como decisões técnicas na verdade estiveram permeados por conotações políticas. Para a ditadura empresarial-militar, o principal cálculo a ser feito no processo de decisão do local onde seria construída uma barragem era o político, acima do técnico – essa é uma das teses fundamentais de Johnson (2021).

Avalizada em 1971, Sobradinho foi concluída seis anos depois. Em 1977, suas comportas se fecharam, dando início ao alagamento de um dos maiores lagos artificiais do mundo, com mais de 4 mil km², e expulsando mais de 70 mil pessoas de suas terras. Os atingidos não foram, em sua maioria, reassentados. Emigraram da região, em um processo de integração forçada à economia industrial urbana e de abandono compulsório de suas práticas agrícolas tradicionais. Lygia Sigaud estudou esse processo e redigiu um trabalho pioneiro no campo dos impactos sociais de grandes projetos hidrelétricos no Brasil, avaliando que

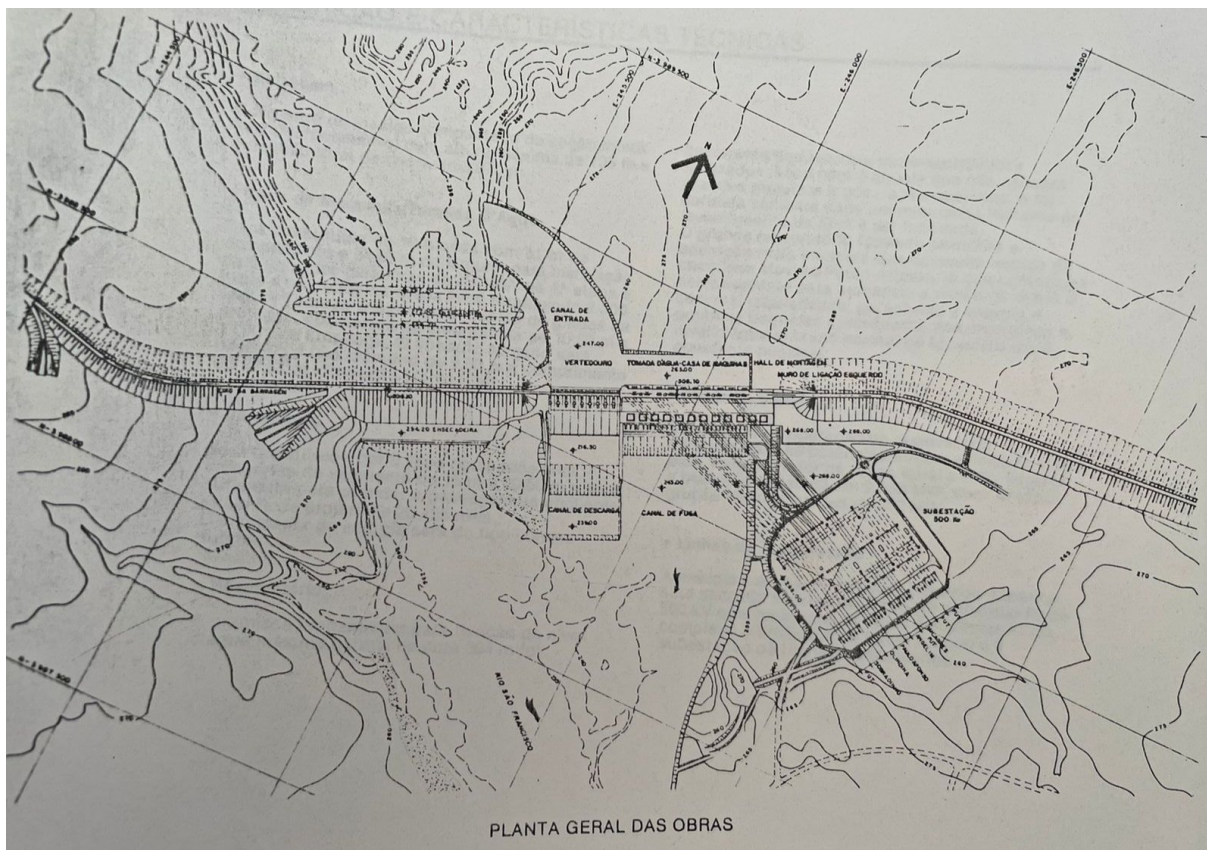
Desde o primeiro momento, os efeitos que a construção da barragem poderia produzir na região sempre foram considerados uma questão subordinada à questão principal que a era a questão energética, quer quando ainda se tratava apenas de assegurar a vazão do rio para alimentar a Usina de Paulo Afonso, quer quando já se tratava da geração de energia em Sobradinho. A prioridade dada à produção de energia havia sido estabelecida intra-muros (sic), a nível do Poder Executivo, sem qualquer consulta à sociedade nacional, nem à sociedade local, em nome de supostos interesses do país, também definidos de forma autoritária (1986, p. 20).

O padrão de planejamento criticado por Sigaud se repetiria, alguns anos mais tarde, em Itaparica. Já pensada no fim da década de 1960, sua construção se precipitaria com o choque do petróleo de 1973 e a crise energética global que o seguiu (Johnson, 2021). Diante do escasso acesso aos combustíveis fósseis, a ditadura recorreu ao investimento na produção de álcool e dobrou sua aposta na hidreletricidade. Em 1975, o projeto recebeu autorização do governo federal; em 1976, iniciaram-se as primeiras obras para construção do acampamento dos trabalhadores da Chesf; em 1979, começou a construção da barragem em si.

Um dos documentos analisados nesta pesquisa é útil para entender como o planejamento de Itaparica foi baseado na supremacia da questão energética criticada por Sigaud. Trata-se do primeiro volume dos *Estudos Ambientais*, publicado em 1987 e elaborado pela Hidroservice, empresa recorrentemente contratada pela Chesf para redigir relatórios técnicos. Esse volume busca alinhar os contornos gerais do projeto. Descreve a justificativa (técnica e econômica), os estudos hidrológicos e a concepção das obras (de desvio do rio e de barramento). Nesse documento, afirma-se que a “implantação da UHE de Itaparica, mais que justificável, foi a solução exigida pela crescente demanda de energia” (1987b, p. 6), ainda que em outros relatórios (Chesf, 1987a) sejam reconhecidos diversos impactos deletérios que o

projeto traria para a população. O que transparece novamente é o fato de que a Chesf, chancelada pelo governo federal, priorizava a geração de energia elétrica como uma finalidade absoluta – um eixo central do projeto desenvolvimentista –, em detrimento do bem estar ambiental e social dos locais.

Figura 2 - Planta geral das obras da Usina Hidrelétrica de Itaparica.



Fonte: Chesf, 1987.

Ao longo do fim da década de 1970 e de toda a década de 1980, assim, a região de Itaparica foi transformada pela intervenção de um grande projeto modernizante. Sete municípios foram atingidos na divisa entre os estados de Pernambuco e Bahia: Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém do São Francisco, no primeiro; Rodelas, Glória e Chorrochó, no segundo. Dentre esses, três tiveram seus centros urbanos integralmente inundados (Petrolândia, Itacuruba e Rodelas). Mais de doze mil famílias foram afetadas, entre trabalhadores do campo e da cidade que tiveram suas vidas profundamente alteradas pela intervenção do Estado. Não assistiram a essas mudanças, contudo, inertes; pelo contrário, organizaram-se para agenciar seus interesses perante a Chesf, dando início a uma rica história de luta e resistência.

4.2 Plantando roças no asfalto: a luta dos trabalhadores atingidos e o reassentamento

Segundo levantamento de Osmil Galindo (2000), a área do projeto Itaparica, localizada na região do Submédio São Francisco, compreendia uma população de aproximadamente 109 mil pessoas, sendo que 77% desse contingente habitava o lado pernambucano. Do total de habitantes, 69,9% dependiam da agricultura para sobreviver, compondo uma maioria de trabalhadores rurais em todos os municípios atingidos – com a única exceção de Petrolândia, cidade mais urbanizada do entorno, onde a população se envolvia majoritariamente com comércio e serviços. Os mais afetados pela construção da barragem foram precisamente esses trabalhadores que viviam no campo (toda a área rural do município de Rodelas, por exemplo, foi submersa pelo lago). Uma análise da UHE de Itaparica, assim, não pode prescindir de um olhar para as populações rurais e para as formas como resistiram à violenta imposição da barragem.

O momento da luta de trabalhadores rurais ao qual se liga a resistência dos atingidos de Itaparica guarda estreitas relações com as tentativas de modernização do sertão por parte do Estado brasileiro nas décadas anteriores. Para Maria Lia Corrêa de Araújo (1990), a partir da criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, a ação estatal no sertão passou por uma metamorfose. Se, antes, a intervenção se limitava a obras de combate à seca (por meio da Inspeção de Obras Contra as Secas), a partir de então a irrigação pública e o incentivo amplo à agricultura se tornam um norteador das políticas públicas para a região. A partir da década de 1950 se observa cada vez mais uma intervenção do Estado buscando viabilizar uma modernização da atividade agrícola no sertão, integrando-a ainda mais aos circuitos de produção capitalista sob a égide do desenvolvimento. A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a própria Chesf são exemplos disso.

Nesse contexto de promoção de grandes obras, o Estado aparece, então e cada vez mais, como adversário direto das classes de pequenos produtores rurais, que acabam se constituindo como polo dominado. O Estado encarna um papel direto na produção agrícola modernizante que aumenta a margem de expropriação do trabalhador rural. É a partir desse processo, segundo Araújo, que os agricultores do Submédio São Francisco tendem a adotar uma identidade social de luta: “esse mesmo processo de crescente capitalização das relações econômicas gera as condições em que se constrói e é disseminada uma nova visão de mundo no seio das classes dominadas” (1990, p. 17).

Inseridos nesse contexto de novos movimentos sociais no campo, os trabalhadores de Itaparica começaram a opor resistência à implantação da barragem antes mesmo de se organizarem em uma instância formal. O documento *Esboço histórico da luta dos trabalhadores atingidos pela barragem de Itaparica*, produzido pela representação sindical em 1981, fornece um excelente panorama dessa luta. Já em 1976 tiveram início as obras para construção do acampamento e, com elas, os conflitos entre a Chesf e a população local. Trabalhadores de três comunidades invadidas por essas obras (Quixaba, Riacho Fundo e Riachão) pararam as atividades da Chesf em reivindicação por uma maior indenização por suas terras, que conseguiram. Trata-se do primeiro confronto direto entre Chesf e trabalhadores rurais, que iriam se configurar como polos antagônicos na luta contra a construção de Itaparica.

Ao longo dos primeiros anos em que a Chesf interveio na região, os trabalhadores se articularam com diversas organizações políticas, buscando reunir apoio e publicizar sua luta. Em 1979, apoiados por setores progressistas da Igreja Católica (sobretudo da Comissão Pastoral da Terra) e por algumas entidades de representação dos trabalhadores rurais (como a FETAPE e a CONTAG-BA), os atingidos criam o Polo Sindical do Submédio São Francisco, que congregava os sindicatos de seus municípios. O Polo Sindical se tornou a instância aglutinadora da luta, responsável por coordenar as ações do movimento e liderar as negociações com a Chesf.

Ainda em 1979, com a consolidação do Polo Sindical, foram afirmadas algumas diretrizes fundamentais da luta dos trabalhadores. A defesa primordial do movimento sindical não era impedir que a barragem fosse construída, mas garantir, junto à Chesf, um reassentamento responsável e transparente a todos os atingidos, diferentemente do que aconteceu em Sobradinho – um dos lemas do movimento, aliás, era “Sobradinho nunca mais” (Johnson, 2021). O desastroso processo de expulsão dos camponeses atingidos nesse projeto anterior da Chesf servia como um antimodelo e um sinal de alerta para que não se repetisse com a população de Itaparica. Nesse sentido, o plano de reassentamento proposto pelo Polo Sindical era centrado nas terras que se situariam à margem do lago artificial. Uma vez que a área fosse inundada, os trabalhadores exigiam receber lotes de terra na “borda do lago”, na esperança de que pudessem continuar a plantar em terras irrigadas naturalmente. O lema “Terra por terra na margem do lago” consolidou-se como mote do movimento e, inclusive, deu nome ao boletim informativo do sindicato.

Os conflitos entre Chesf e trabalhadores não pararam. Antes do fim da década de 1970, o Polo Sindical denunciou tentativas de intimidação e violência por parte da Chesf, que

incluíram a derrubada de quatro casas de trabalhadores em Quixaba, todas elas fora dos limites de desapropriação, com auxílio de tratores e da polícia. Em 1980, um ano após o início das obras de construção da barragem, o sindicato promove uma ação direta: em 30 de abril dão início a uma vigília no escritório da Chesf até obter cópias dos mapas do lago. O acesso a esses mapas era essencial para saber, com precisão, a cota (isto é, o nível de profundidade previsto) e a área que o reservatório iria inundar. Apenas de posse dessa informação os trabalhadores poderiam organizar uma proposta de reassentamento própria e integral, além de, por óbvio, descobrir quem exatamente perderia suas casas e suas terras. A resistência da Chesf em disponibilizar essas informações ilustra como a empresa não pautava suas relações com os atingidos no diálogo, mas na imposição – traço presente desde sua constituição, baseada na eletrificação do sertão como elemento de salvação absoluta, como vimos.

Meses após a vitória do mapa, em agosto, a comunidade de Riacho Salgado bloqueou um desvio asfaltado usado pela Chesf no transporte de pessoas e materiais usados na construção. O bloqueio foi seguido pelo plantio de uma roça no asfalto, em uma ação direta permeada por uma conotação simbólica: a roça, signo máximo do trabalhador rural que planta por subsistência, obstruindo uma estrada asfaltada, normalmente entendida como um vetor de modernização e de desenvolvimento. No mês seguinte, aliados à comunidade de Quixaba, os moradores de Riacho Salgado ocuparam o canteiro de obras da barragem em uma luta que, segundo o Polo Sindical, “já é vitoriosa, pois conseguiu reassentamento, tendo cada família conquistado lotes de 25 hectares de terra cada uma, casas construídas pela Chesf, sistema de abastecimento de água, luz, escola, igreja e prédio para atividades comunitárias, às margens do Moxotó” (1981, p. 10).

A essa altura, o leitor mais astuto já é capaz de inferir que os confrontos entre Chesf e trabalhadores foram numerosos e aguerridos. É curioso observar a forma como a empresa aborda essa questão em seus estudos técnicos. Em outro relatório ambiental, a Chesf reconhece que houve “choques iniciais”, apesar de negar a demolição criminosa denunciada pelos atingidos. Esses embates são atribuídos à “ingenuidade típica dos moradores da zona rural”, apegados “à terra, à sua cultura” e que “não conseguem nem ao menos visualizar a sua sobrevivência no caso de efetivar-se (sic) as suas mudanças” (1987b, p. 37-38). Novamente, fica claro que os técnicos da Chesf tinham consciência do sofrimento que a construção da barragem provocava para as famílias atingidas, mas diminuía esse impacto, referindo-se à população rural de uma maneira infantilizante.

Conforme se passavam os anos, as demandas por um reassentamento alinhado aos interesses dos trabalhadores continuavam sendo ignoradas. O Polo Sindical articulou contatos

com o governo estadual de Pernambuco, o Ministério de Minas e Energia e o Incra, sem, contudo, conseguir que a Chesf atendesse às suas exigências. Diante desse quadro de indiferença, e a onze meses da data de inundação planejada, os trabalhadores de Itaparica ocuparam o canteiro da barragem e paralisaram as obras, em dezembro de 1986. Johnson (2021) mostra como esse movimento foi liderado por mulheres, que tomaram a frente da passeata e não capitularam diante dos soldados armados que guardavam a área. Após seis dias, o Polo Sindical e a Chesf celebraram um acordo em que foram contempladas as reivindicações dos trabalhadores: o aumento do número de hectares de cada lote que seria recebido, proporcional ao número de habitantes; e a inclusão de trabalhadores solteiros maiores de idade em seus núcleos familiares, para fins de reassentamento conjunto (Araújo, 2000).

O acordo de 6 de dezembro de 1986 foi um ponto de inflexão importante na trajetória de luta em Itaparica, quando, pela primeira vez, a Chesf foi pressionada a aceitar as exigências dos atingidos. Já no ano seguinte o processo de reassentamento teve início, mas essa conquista se deve tanto à organização dos trabalhadores quanto a um fator externo: a pressão do Banco Mundial. Entre 1948 e 1990, segundo levantamento de Johnson (2021, p. 157), o Banco Mundial concedeu mais de dois bilhões de dólares em empréstimos ao setor energético brasileiro.

O fluxo de crédito internacional sustentou o crescimento econômico da ditadura e a construção de Itaparica foi parcialmente financiada com esses investimentos. Contudo, na década de 1980, o Banco Mundial estava crescentemente preocupado com os impactos sociais e ambientais causados pelos projetos que financiava. Essa precaução estava ligada à ascensão do ambientalismo como um movimento global entre as décadas de 1970 e 1980, o qual pressionava governos e instituições privadas a adotarem métodos mais “sustentáveis” de um ponto de vista ambiental e social. Diante desse quadro, o Banco Mundial passou a incluir nas cláusulas de seus contratos exigências mínimas de responsabilidade com as populações e o ambiente dos locais afetados pelos projetos beneficiados. Esse foi o caso de Itaparica: o banco sujeitou a liberação da segunda parte de um empréstimo milionário à solução do problema do reassentamento (Johnson, 2021, p. 194). Uma exigência como essa obrigou a Chesf a atentar-se para os atingidos porque pôs em risco a finalização da construção da barragem, prioridade absoluta do governo.

Embora a celebração de um acordo com a Chesf tenha sido uma conquista inegável do movimento de trabalhadores, o reassentamento real foi mais turbulento do que se esperava. Ao estudar esse processo, Russell Parry Scott o critica como um caso de “descaso planejado”

por parte do poder público (2009). Entre outubro de 1987 e maio de 1988, mais de 40 mil pessoas foram deslocadas da área de inundação da barragem para outros locais. Foram oferecidas seis opções de reassentamento para os atingidos, sendo que dois terços deles optaram por mudar-se para projetos de irrigação da Chesf (Scott, 2009). Em um depoimento no documentário *Submersos: a vida após a barragem de Itaparica* (2022), Scott afirma que a oferta de múltiplas possibilidades de reassentamento serviu para conferir uma impressão de que os atingidos tinham alguma escolha sobre o processo quando, na verdade, todas as opções envolviam uma mesma violência fundamental: a expulsão dos trabalhadores de suas terras.

Para aqueles realocados para os projetos de irrigação, o martírio se prolongou pelo tempo em que esperaram a Chesf construir os equipamentos de irrigação prometidos – sem eles, a agricultura nas novas terras era inviável. Muitas famílias esperaram anos a fio, sem obter da empresa a infraestrutura de que precisavam. Nesse ínterim, recebiam uma Verba de Manutenção Temporária (VMT), estipêndio mensal pago pela Chesf, que se tornou um fator de dependência crônica para agricultores que, antes, trabalhavam a terra para garantir seu sustento. As novas agrovilas construídas pela Chesf eram alvo de queixas sobre quase tudo. Os atingidos denunciavam a infraestrutura deficiente, o saneamento precário, o transporte infrequente, o aumento do número de mosquitos e de brigas e, sobretudo, a perda da proximidade com o rio (Scott, 2009). Muitas dessas pessoas viveram suas vidas às margens do São Francisco. O rio era um meio material de subsistência que, ao fertilizar as terras adjacentes com suas cheias, tornava possível a agricultura em um bioma árido e pouco fértil como a caatinga. Para além disso, funcionava como uma orientação espacial e também temporal, de acordo com o movimento de suas águas. Diversos trabalhadores relataram que passaram os primeiros dias nas novas agrovilas desorientados (Scott, 2009).

A Chesf propagandeava o reassentamento em panfletos otimistas, alegando que era uma oportunidade de realizar uma reforma agrária democrática e que a dependência dos grandes proprietários de terra seria superada. O que aconteceu, porém, foi o contrário: as relações de dependência foram aprofundadas a partir de novas formas. Scott (200) argumenta que isso ocorreu por dois fatores. Em primeiro lugar, os pequenos agricultores perderam suas bases domésticas de sustento, devido à perda da planície de irrigação e à perda dos rebanhos, que constituíam uma importante reserva (em sua maioria, foram inundados pelo lago). Além disso, a Chesf se tornou um “nova patroa”, institucional, impessoal e absoluta, em cujas mãos os atingidos se percebiam “aprisionados” (Scott, 2009, p. 38). A promessa de um reassentamento democrático, que garantiria a ruptura dos laços de dependência, deu lugar a um processo recalcitrante, limitado e violento, que acabou reafirmando a desigualdade na

região. Em vez de emancipação, Johnson (2021) sustenta que o processo levou à incorporação forçada de grandes contingentes populacionais à crescente economia urbana da região, devido à impossibilidade de manter uma subsistência lastreada na agricultura.

Segundo entrevistas realizadas por Cynthia Suassuna (2005), diversos atingidos relatam que precisaram esperar de cinco a oito anos até que a Chesf instalasse equipamentos de irrigação. Durante todo esse período, não puderam trabalhar com o que sempre trabalharam – a agricultura – e dependeram integralmente da VMT paga pela empresa. Ainda hoje há atingidos que esperam o cumprimento das promessas feitas no acordo de 1986. Segundo Suassuna, Itaparica representou o que chamou de “dano moral ambiental coletivo” (2005). Em 2019, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) realizou uma audiência pública com líderes do movimento sindical da região de Itaparica, que denunciaram o descaso da Chesf e da Codevasf na implantação de infraestrutura nos perímetros irrigados dos reassentados. Na ocasião, o diretor de operações da Chesf se eximiu da responsabilidade em arcar com o acordado: “*Nosso objetivo é gerir e comercializar energia. Não podemos, por impedimentos legais, gerir perímetros irrigados*” (apud Calvi, 2019, grifo nosso).

A promissora Chesf se atém ao seu fim original: a produção de energia elétrica, em detrimento de quaisquer outras ações de promoção do bem estar social. Surpreendentemente, uma das reclamações apresentadas pelos atingidos à Câmara era a dificuldade em arcar com os custos do serviço de fornecimento de energia. Irônica exigência do desenvolvimento: para levar o progresso ao sertão, era preciso produzir eletricidade a qualquer custo — ainda que os principais atingidos fndassem, após alguns anos, impossibilitados de pagar suas contas de energia.

4.3 Quase às margens: racismo ambiental e os povos indígenas atingidos

O engajamento dos trabalhadores rurais no sindicato não foi a única face da resistência dos atingidos contra a implantação da usina hidrelétrica de Itaparica. Os povos indígenas da região também se organizaram para agenciar seus interesses diante da Chesf e do Estado brasileiro, lutando contra a expropriação de suas terras e a violência simbólica direcionada a suas culturas. Dentre eles, destacam-se os Tuxá e os Pankararu, duas nações que ocupam a região do Submédio São Francisco, em meio ao sertão nordestino.

Os indígenas do Nordeste têm sofrido, historicamente, um processo de apagamento de suas identidades étnicas. O discurso dominante a respeito do indígena no Brasil o associa a

um estereótipo de pureza racial, com um padrão fenotípico específico (em geral, cabelos pretos lisos e dobra epicântica) e o estatuto de “isolado”. Esse tipo de preconceito leva à negação da identidade de indígenas que tenham sofrido processos de “aculturação”, ou seja, de apagamento de seus traços culturais e incorporação unilateral à cultura branca dominante. Os povos do Nordeste, sobretudo da região sertaneja, que mantêm intensas trocas culturais com populações de outras etnias, costumam ser lidos a partir dessa perspectiva.

A noção de “aculturação”, porém, carrega uma série de problemas e vem sendo preterida por antropólogos e historiadores. Em seu lugar, João Pacheco de Oliveira (1998) emprega o termo “etnogênese”, buscando dar conta de um processo complexo de redefinição cultural e política de um grupo étnico que, ao entrar em contato com outra etnia, sobretudo em uma situação colonial, dá origem a uma configuração identitária inédita. Essa categoria viabiliza o rompimento com a interpretação arcaica que pressupõe uma “essência” cultural indígena, negada aos povos do Nordeste. Para Edson Hely Silva,

As pesquisas recentes sobre os povos indígenas no Nordeste demonstram que a cultura dos chamados “índios misturados” não pode ser mais vista a partir das perdas. Mas, sobretudo, como expressão das relações socio-históricas de diferentes atores do mundo colonial [...] interagindo, local e globalmente, desde as disputas pelas terras às várias influências políticas, no espaço público ou mais próximo, nas articulações, nas alianças e nas organizações socioculturais indígenas (2017, p. 124).

A negação da identidade indígena às nações do Nordeste não é uma operação politicamente neutra. Pelo contrário, ela interessa justamente àqueles agentes que pretendem negligenciar os direitos originários e, assim, avançar sobre terras indígenas, utilizando-as para o garimpo, a pecuária ou a construção de usinas hidrelétricas. Apagar a identidade dos povos “misturados” do Nordeste, dentre os quais se situam aqueles atingidos pela barragem de Itaparica, é uma maneira de facilitar a retirada de direitos e a ofensiva do capital contra essas populações historicamente marginalizadas. A esse respeito, Felipe Cruz argumenta que o discurso desenvolvimentista da Chesf foi construído “mediante a deslegitimação dos atingidos enquanto sujeitos de direito, seja do direito à terra, seja do direito de se viver a partir de princípios que escapem à lógica do desenvolvimento capitalista” (2017, p. 109). Nesse contexto, fazemos eco às vozes de lideranças e movimentos indígenas do Nordeste de hoje, os quais reivindicam esse etnônimo tanto como uma maneira de responder às tentativas de genocídio e apagamento cultural que sofreram quanto como uma forma de mobilizar aparatos legais e institucionais de proteção aos direitos dos povos originários.

Parte desse grupo de povos do Nordeste que mantiveram longo contato com a sociedade brasileira, os Tuxá são uma nação originária que vive na região do Submédio São Francisco há séculos. São um povo de agricultores, que tradicionalmente vive do plantio na

várzea do São Francisco e em um arquipélago de ilhas dentro do rio, além de atividades complementares de caça e pesca. Johnson (2019) recupera o histórico de aldeamento promovido por missionários católicos com esse povo no período colonial, traço comum a muitos agrupamentos indígenas do sertão nordestino. Esse ciclo missionário constituiu-se como um primeiro momento de territorialização das populações Tuxá, segundo Cruz (2017). A territorialização, para Oliveira (2017), é um processo derivado da situação colonial, que enseja a reorganização social das relações das comunidades nativas com o território e umas com as outras, engendrando etnônimos e estruturas políticas inteiramente novos.

O segundo momento de territorialização do povo Tuxá, para Cruz (2017), se deu no século XX, após a proclamação da República, quando os indígenas foram submetidos à gestão do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Essa tutela foi marcada por uma política institucional de incentivo à grilagem das terras indígenas, as mais férteis da região, por estarem localizadas às margens do Rio São Francisco. A longa expropriação do século XX, levada a cabo tanto por agentes do SPILTN quanto por fazendeiros do entorno, fez com que o número de ilhas ocupadas pelos Tuxá fosse reduzido de trinta para apenas uma, a Ilha da Viúva, a partir da década de 1940 (Johnson, 2019).

Assim, à época da construção da barragem de Itaparica, a nação Tuxá já se encontrava sobremaneira espoliada de suas terras tradicionais. Foram submetidos àquilo a que Rosa Luxemburgo chamou *desposseção* (2021). Essa violência encontrou na hidrelétrica uma continuadora, já que a área inundada pelo reservatório incluía a Ilha da Viúva, último reduto tradicional desse povo. Àquela altura, a população Tuxá já havia crescido demais para a ilha, de modo que parte da aldeia vivia no território do município de Rodelas, na Bahia. Mesmo assim, a ilha era fundamental:

A ilha era importante para a cultura Tuxá, apesar do tamanho insuficiente. Por meio deste terreno e do cultivo coletivo facilitado por ele, os Tuxá conseguiram autonomia econômica e solidariedade, dois elementos fundamentais para a sua cultura. Além disso, aquele era o lugar onde os espíritos dos antepassados viviam e onde eram realizados rituais religiosos (Johnson, 2019, p. 219)

Ciente de que a barragem iria submergir o último vestígio de terra tradicional dos Tuxá, a Chesf mobilizou técnicos para realizar entrevistas com essa população. Felipe Cruz (2017), pesquisador Tuxá que colheu relatos de membros de seu povo a esse respeito, afirma que uma imagem frequentemente recuperada desse momento é que os técnicos da Chesf aterrissavam na Ilha da Viúva de helicóptero. O uso de helicópteros contribuiu para o “espetáculo do desenvolvimento”, já que eles “simbolizaram o poderio da Chesf e ao mesmo tempo se tratavam de um espetáculo para a construção de legitimidade” (2017, p. 111).

Arautos do desenvolvimento, os funcionários da Chesf conversavam com os Tuxá afirmando que a construção da barragem seria benéfica para eles, pois teriam melhores condições de vida na nova cidade que a Chesf os construiria. Por outro lado, também afirmavam que não havia nada que os nativos pudessem fazer para impedir a implantação da hidrelétrica e, caso ficassem ali, todos “iríamos morrer afogados inevitavelmente” (Cruz, 2017, p. 111).

É fundamental entender que a Chesf estava ciente dos impactos negativos que a construção da barragem traria para a população Tuxá. Em um relatório de 1988, elaborado por uma antropóloga contratada pela Hidroservice, são reconhecidos o caráter sagrado e a importância material da Ilha da Viúva para essa população: “apesar de sua exiguidade relativa, foi até pouco tempo (sic), um espaço *surpreendentemente fértil* com o qual a população mantém uma relação de caráter *mítico*” (1988, p. 10, grifos nossos). As perspectivas de reassentamento para a Nova Rodelas, que seria construída pela companhia, são descritas como “sombrias, visto que detectam apenas 100 ha possíveis de serem irrigados e mesmo esta pequena área exige um tipo específico de irrigação cuja tecnologia, ainda não suficientemente dominada, não permite antever os resultados de seu aproveitamento agrícola” (1988, p. 29-10). O descaso é flagrante: a Chesf não só tinha ciência dos sofrimentos que iria causar como também se fiava na oferta de um reassentamento para uma área sabidamente infértil.

Para justificar essa violência, o relatório (1988, p. 27) se ampara no artigo 20 do Estatuto do Índio (1973), que chancela à União a possibilidade de intervir em áreas indígenas, mediante decreto presidencial. Essa legislação é acionada como legitimadora da violência perpetrada pelo Estado contra os povos indígenas nos marcos da retórica desenvolvimentista, expediente que foi muito acionado durante a ditadura empresarial-militar. É interessante notar, porém, que nem mesmo a legalidade se sustentou nesse caso. Em 2000, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma representação contra a Chesf e a União, alegando que a expulsão dos Tuxá foi ilegal, já que não fora precedida de um decreto da Presidência, conforme previsto no Estatuto do Índio.

A legislação anterior à Constituição de 1988, aliás, era marcadamente racista com os povos indígenas. Um exemplo disso ficou patente ao longo do processo de reassentamento dos Tuxá: nenhum indígena pôde celebrar acordos por si mesmos com a Chesf, já que eram mantidos sob a tutela legal da então Fundação Nacional do Índio (Funai). Assim, toda a participação dos Tuxá nas negociações institucionais no âmbito do reassentamento precisou ser mediada pela Funai, que os representava nos atos de assinatura.

O reassentamento dos Tuxá foi centrado em duas opções oferecidas pela Chesf. Por um lado, os habitantes poderiam ser deslocados para a Nova Rodelas, construída pela empresa para abrigar os atingidos. Lá, a Chesf prometia melhores condições de vida, apesar de não dispor dos meios técnicos – ou, ao que parece, do interesse político – de promovê-las, como prova o relatório a respeito dos povos indígenas. Por outro lado, os Tuxá poderiam optar pelo reassentamento em Ibotirama, uma cidade centenas de quilômetros a montante do rio, na Bahia, onde as condições ecológicas seriam mais favoráveis à manutenção do modo de vida agrícola da aldeia. Essa oferta dupla dividiu os Tuxá. Para Cruz, “as relações na aldeia se acirraram muito por conta dessa questão e a aldeia, que era bastante coesa até o momento, dividiu-se em duas. Esse período foi marcado por muitas brigas e pela separação de famílias inteiras” (2017, p. 114). O resultado foi a separação da aldeia: enquanto uma maioria decidiu permanecer em Rodelas, um grupo reduzido partiu em direção a Ibotirama.

Acordos foram celebrados entre a Chesf e a Funai em 1986 e 1987. A desposseção de suas terras tradicionais deveria ser acompanhada da entrega de novos lotes e de sua demarcação como território indígena, em Rodelas. Essa promessa, contudo, nunca foi cumprida. Ao longo da década de 1990, e empoderados pela legislação mais favorável embutida na Constituição de 1988, os Tuxá se envolveram em diversos processos contra a Chesf, com o apoio do MPF. Novos acordos foram celebrados na década de 2000, com termos menos favoráveis aos Tuxá, pois permitiam que a Chesf indenizasse os atingidos em dinheiro em vez de garantir a terra prometida. A ex-presidenta Dilma Rousseff tentou demarcar esse território, mas essa decisão foi suspensa pelo ministro do STF Gilmar Mendes. Até hoje, a Funai não demarcou o terreno, que permanece como uma Reserva Indígena.

Johnson (2019) usa o conceito de “violência lenta” (*slow violence*) para dar conta desse processo de expropriações e ataques graduais e distantes do olhar público. Para esse autor, a postura do Estado brasileiro constitui um genocídio cultural, visto que as novas gerações de Tuxá não têm mais como aprender a pescar, a plantar ou a coletar da maneira tradicional, além de sua organização social ter sido afetada com as cisões relacionadas à negociação com a Chesf.

O caso dos Pankararu, apesar de denotar violências semelhantes, tem sido negligenciado tanto pelos órgãos estatais quanto pela bibliografia especializada. No referido relatório de impactos sobre as populações originárias, a antropóloga contratada afirma que os Pankararu não serão atingidos senão indiretamente, pois sua terra indígena demarcada, na aldeia-mãe Brejo dos Padres, situa-se a jusante da barragem (1988, p. 21). Elizângela Cardoso Silva (2020) questiona esse entendimento. Conforme essa pesquisadora Pankararu,

A própria realidade e a história de vida do povo Pankararu evidenciam que famílias indígenas deste povo foram atingidas diretamente pela construção da barragem [...], pois os dados mostram que [...] existem famílias indígenas Pankararu: a) moradoras dos assentamentos involuntários do sistema, reassentados (beneficiários do Plano de Desocupação da Chesf, 1985); b) trabalhadores permanentes da Usina e aposentados Pankararu, atualmente moradores do Acampamento Chesf Itaparica e em aldeias; c) a existência de indígenas Pankararu, moradores da nova cidade desde sua fundação (1988); d) a própria história de vida da autora desta pesquisa, indígena Pankararu, que faz parte de umas das famílias Pankararu removida da margem do rio na infância (1986) com mais 20 famílias Pankararu (que viviam e trabalhavam na área desde 1974, ocupavam juntas a mesma faixa ao norte da cidade, na margem do São Francisco) (p. 159-160).

Para Silva, portanto, a população Pankararu foi afetada pela construção da barragem por meio tanto de remoções forçadas quanto de mudanças nas relações de trabalho na região, provocadas pela ampla oferta de emprego no empreendimento da Chesf. Indígenas Pankararu estiveram entre os reassentados da companhia, mas não obtiveram nenhum programa de assistência especializado para a sua situação. A remoção das populações da margem promoveu uma inserção forçada de muitas dessas pessoas à economia urbana da região, em especial da Nova Petrolândia. Para os que permaneceram no meio rural, a perda do acesso direto ao rio é constantemente lastimada. Elisa Pankararu, uma liderança indígena feminista, afirma que a distância de apenas dois quilômetros do curso d'água afeta em muito seu povo: é uma situação em que estão *quase às margens*, mas não conseguem ter acesso irrestrito a suas águas, como outrora, para pescar, tomar banho e realizar práticas sagradas (relato oral)⁸.

As situações dos Tuxá e dos Pankararu podem ser entendidas como casos de racismo ambiental. Esse conceito foi criado na década de 1960 pelo ativista estadunidense Benjamin Franklin Chavis Jr. Desde sua formulação, tem sido largamente difundido para explicar como as fraturas e hierarquias internas à comunidade imaginada como “humanidade” dialogam com a desigualdade no que toca aos efeitos da mudança ambiental. Isto é, busca mostrar como a desigualdade social se traduz em desigualdade ambiental, de maneira que as populações mais afetadas pela crise climática, por exemplo, são aquelas violentadas pela ação colonial dos Estados – como negros e indígenas. Inicialmente, o termo foi empregado por comunidades negras dos Estados Unidos que sofriam com a instalação de depósitos de resíduos tóxicos próximos a suas casas. Com o tempo, a ideia de racismo ambiental ganhou força tanto nos círculos acadêmicos quanto nas ruas, transformando-se em uma palavra de ordem usada por comunidades tradicionais e racializadas para denunciar as situações concretas de exposição desigual ao dano ambiental em que se encontram (Herculano, 2008).

⁸ Esse depoimento foi concedido por Elisa Pankararu no evento “A luta do povo Pankararu: da barragem de Itaparica ao Marco Temporal”, realizado pelo NUDOC, no Departamento de Hotelaria e Turismo da UFPE, em 30 de outubro de 2023.

As populações Tuxá e Pankararu, removidas de suas terras, parcialmente forçadas a se incorporar na economia urbana da região e impedidas de realizar seus rituais tradicionais em sítios sagrados (ora submersos), podem ser lidas enquanto vítimas de um processo de racismo ambiental por parte do Estado brasileiro. Esse diagnóstico não opera apenas no campo acadêmico, mas resguarda implicações concretas, já que pode ser utilizado como uma arma contra a Chesf e demais representantes do Estado em uma batalha jurídica por reparações materiais dos danos que sofreram. Os povos indígenas da região sofreram com as abruptas adaptações ecológicas decorrentes da construção da barragem, assim como o restante da população – humana e não humana – atingida.

4.4 Seixos, areias quartzosas, surubins e epidemias: impactos ambientais da barragem de Itaparica

Todo o processo de construção de uma barragem altera o ecossistema em que se insere. É preciso levantar um canteiro de obras, abrir estradas de rodagem para o transporte de materiais, minerar pedras para a concretagem, desviar o curso do rio, levantar uma muralha que, no caso de Itaparica, supera os quatro quilômetros, e, é claro, inundar uma área extensa, transformando o que antes era um rio em um lago artificial. Essas intervenções afetam tanto os fatores abióticos do meio, como as águas e o clima, quanto os bióticos, como a vegetação e a população de animais humanos e não humanos. Apesar de normalmente serem analisadas de maneira dissociada (impactos sociais, de um lado, e ambientais, de outro), as mudanças provocadas pelo projeto Itaparica operam dentro de uma mesma totalidade ecossistêmica, que conjuga diversos níveis de organização social e ecológica.

Para os seres humanos atingidos por Itaparica, a construção da represa e o alagamento do lago trouxeram perdas materiais e simbólicas significativas. A subsistência de muitos dos agricultores atingidos foi comprometida devido à remoção das terras férteis à margem do rio. Além disso, a mineração promovida pela Chesf causou problemas respiratórios em comunidades próximas às jazidas de minérios. A pesca também foi afetada: a transformação do rio em um meio lacustre provocou desequilíbrios ecológicos e a diminuição da população de espécies como o surubim. As águas paradas do reservatório ainda estiveram ligadas a uma epidemia de gastroenterite que acometeu a região logo após a inundação. Esses impactos foram localizados e selecionados a partir da pesquisa documental em relatórios técnicos da Chesf, cartas de denúncia do movimento de trabalhadores e periódicos médicos.

Um primeiro vestígio dos impactos ambientais produzidos antes mesmo da inundação do lago foi fornecido pelo documento *Trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaparica param máquinas da Chesf* (1983). Essa carta de denúncia, produzida pelo Polo Sindical, relata um caso no qual trabalhadores tomaram posse de máquinas que a Chesf usou para invadir uma fazenda na região de Campo Grande e Caruru, no município de Glória, entre o fim de 1982 e o começo de 1983. A intervenção da Chesf nessas comunidades começara ainda no início de 1982, quando a empresa invadiu terras com o objetivo de abrir uma estrada conectando a região a Rodelas e explorar a jazida “L”, minerando seixos que seriam utilizados na concretagem da barragem. As famílias residentes nas proximidades da jazida, que não receberam nenhuma indenização e tampouco foram reassentadas, organizaram uma primeira ação direta já em março de 1982, parando as máquinas e forçando a Chesf a dialogar com o sindicato. Essa reunião resultou na celebração de um acordo em que a companhia se comprometia a realizar o reassentamento das famílias atingidas pela exploração da jazida em até noventa dias.

O prazo acordado, no entanto, não foi cumprido. Os trabalhadores de Campo Grande e Caruru relatam que durante todo o ano de 1982 amargaram as consequências de sua proximidade à jazida de seixos. Segundo o Polo Sindical, a exploração mineral “provocava uma poluição tal que destruía plantações nas áreas próximas [e] provocava doenças respiratórias nas pessoas, principalmente crianças” (1983, p. 1). Além disso, o constante trânsito de caminhões e máquinas pesadas causava atropelamentos de animais do rebanho dos camponeses.

A mineração de seixos é descrita pela literatura científica como uma atividade capaz de gerar diversos impactos negativos, como a poluição sonora advinda do ruído das máquinas, a depreciação da qualidade do ar e a remoção da vegetação nas frentes de lavra (Pinheiro; Mendes; Oliveira, 2018). Os seixos, pequenas pedras em formato circular, menores que a palma de uma mão, eram minerados na jazida L, equipados em carretas e transportados ao longo do canteiro de obras até as ensecadeiras, onde eram processados e misturados com cimento para formar os mais de dois milhões de m³ de concreto (Chesf, 1984) usados na ereção da barragem. A extração do seixo espalha partículas microscópicas no ambiente, afetando gravemente a qualidade do ar. Dentre essas partículas, está a sílica (dióxido de silício, SiO₂), um dos óxidos mais abundantes do planeta, presente em quase todos os tipos de areia e rocha. A longo prazo, o acúmulo de sílica no corpo pode levar a uma doença pulmonar grave chamada silicose, que não tem cura.

Ao longo de meses, as famílias que moravam nas adjacências da jazida L sofreram com a exposição a partículas danosas aos seus pulmões. Não há como afirmar que os atingidos desenvolveram silicose, uma doença normalmente causada após anos de respiração regular da sílica (ainda que possa se manifestar após algumas semanas de exposição intensa). Porém, a sílica e outras partículas sólidas inaladas por esses trabalhadores certamente foram responsáveis pelo aumento dos casos de outras doenças respiratórias denunciado no documento do Polo Sindical. Além de comprometer a saúde pulmonar dos moradores, a exploração de seixos também afetou sua subsistência, já que destruiu parte das plantações da área.

Os atingidos chegaram a parar novamente as máquinas da Chesf, com a intenção de obrigar a empresa a cumprir com o combinado e reassentar de maneira responsável as comunidades de Campo Grande e Caruru. Essa segunda tentativa, em setembro de 1982, não teve sucesso. Meses mais tarde, em dezembro, a Chesf invadiu as terras de uma fazenda na região, apoiada pelas tropas da Polícia Militar (PM). Mais uma vez, os moradores obstruíram as máquinas. Desta feita, diversos trabalhadores do Polo Sindical se juntaram à ocupação, que persistiu durante semanas. Durante esse tempo, são relatadas tentativas de intimidação de policiais militares, munidos de metralhadoras.

Os protestantes tentaram dialogar com a Chesf e conseguiram marcar uma audiência a ser realizada em Recife, no dia 4 de janeiro. Nessa data, enquanto os líderes do Polo Sindical se reuniam com representantes da companhia, a PM invadiu o acampamento dos trabalhadores. O batalhão destruiu a comida e derramou toda a água dos acampados, chegando a prender arbitrariamente três acampados. O Polo Sindical denuncia que “esse esquema repressivo foi planejado em reunião promovida pela Chesf, em seus escritórios [...], no dia 21 de dezembro, com a participação dos delegados de polícia e comandantes de batalhões da PM da região, segundo informações colhidas da própria polícia” (1983, p. 3). A maneira truculenta com que a Chesf tratou famílias que protestavam contra sua exposição à poluição é mais um sinal de que o projeto Itaparica não foi levado a cabo para trazer desenvolvimento e bem estar para a população local, mas às suas custas.

Além da inalação de partículas tóxicas causada pela mineração de seixos, a implantação da barragem trouxe uma série de outras mazelas ambientais, sobretudo após a inundação do reservatório. A formação do novo lago submergiu as faixas de terra ribeirinhas do Rio São Francisco, o que trouxe consequências sérias para a agricultura da região, devido à composição morfológica dos solos.

No relatório *O empreendimento hidrelétrico de Itaparica e seus aspectos ambientais* (1987b), a Chesf reconhece que os solos aluviais à margem eram utilizados pela população para a agricultura irrigada, aproveitando a fertilização regular que as cheias do São Francisco ofereciam. Esses solos eram como oásis em meio à caatinga circundante: em um bioma extremamente árido, com baixa pluviosidade e solos caracterizados pela pobreza de nutrientes e suscetibilidade à erosão, a planície de inundação do São Francisco fornecia um substrato fértil, constantemente alimentado pelos sedimentos e nutrientes transportados pelo rio. Ana Maria Primavesi (1979), referência nacional no campo da agroecologia, demonstra como a riqueza de sais minerais e outros nutrientes é fundamental para a saúde das plantações. Assim, devido a esse fator ecológico, na região de Itaparica, a agricultura era a atividade econômica dominante, o que diferenciava o Submédio São Francisco de outras regiões do sertão, marcadas pela pecuária.

Esses solos férteis seriam, porém, “totalmente inundados pela formação do reservatório” (Chesf, 1987b, p. 9). À margem do novo lago artificial, para onde os trabalhadores lutaram para ser reassentados, os solos eram mais pobres. Ainda segundo a Chesf, as manchas adjacentes ao reservatório eram formadas majoritariamente por areias quartzosas, Brunos não cálcicos e Solonetz solodizados, “considerados inaptos para a exploração agrícola irrigada” (1987b, p. 9). A maior parte dessas faixas era de areia quartzosa, um solo paupérrimo, com “baixa retenção de umidade e baixa fertilidade” (Chesf, 1987b, p. 32). A área no entorno do novo lago deveria receber projetos de irrigação da Chesf para tentar viabilizar a agricultura dos reassentados, mas “suas restrições de uso não se alteram em função do lago, mas, sim, decorrem do seu próprio substrato e/ou do processo de formação” (1987, p. 32).

Com a expulsão forçada e o reassentamento de milhares de famílias camponesas para a margem do novo reservatório, o que ocorreu, portanto, foi a expropriação desses trabalhadores do substrato que viabilizava sua subsistência através da agricultura. De alguma maneira, as areias quartzosas que receberam os reassentados representaram um cercamento de seus modos de viver e produzir. Impossibilitados de plantar sem um equipamento de irrigação, os agricultores assistiram ao aumento de sua dependência em relação tanto à Chesf, que atrasou por anos a entrega dos projetos, quanto aos poderosos fazendeiros da região, que controlavam as bombas d’água (Scott, 2009). O acesso à água, elemento crítico por si só devido ao clima da região, é cerceado pela intervenção da barragem, de maneira que contribui para a reprodução das desigualdades preexistentes.

Esse caso é ilustrativo da noção de emergência trabalhada por Diogo Cabral (2021), segundo a qual diferentes níveis de organização ecológica e social se influenciam mutuamente a todo momento. Nesse sentido, um projeto de intervenção humana levou a uma redefinição do ecossistema disponível para os agricultores da região, o qual, devido a um fator ecológico (sua baixa fertilidade), levou à reafirmação de laços de dependência social. A História Ambiental, com sua abordagem integralizante, permite um entendimento dialético de processos como esse.

Para além de inundar terras férteis, o reservatório de Itaparica operou uma mudança fundamental no ecossistema aquático. A transformação de um rio de águas correntes (um meio lótico) em um lago de águas paradas (um meio lêntico) altera radicalmente o tipo de ambiente no qual se reproduz a fauna aquática, especialmente a ictiofauna, isto é, a população de peixes. A esse respeito, chamou-nos a atenção o depoimento de dois atingidos entrevistados por Cynthia Suassuna. O primeiro deles declarou que, no reservatório, “apareceram os predadores, tucunaré, acabou com os peixes que nós tínhamos lá, não tem mais, principalmente peixe de couro que era o surubim, era o pirá, isso não existe mais aqui” (*apud* Suassuna, 2005, p. 161). Um outro entrevistado reclamou porque “até nosso peixe a barragem tirou, a gente tinha o surubim, o pirá, e acabou, hoje em dia num tem mais, eles colocaram também uns predadores aí que vão comendo as coisa” (*apud* Suassuna, 2005, p. 180).

Ambos os relatos se queixam da diminuição do número de surubins (*Pseudoplatystoma corruscans*) nas águas do rio. O surubim é um dos maiores peixes brasileiros e pode chegar a mais de um metro de comprimento. É considerado um peixe nobre, de grande valor comercial, por ter muita carne e poucas espinhas, além de já ter sido apontado como um símbolo do Rio São Francisco. Em 2022, o surubim passou a integrar a lista de espécies ameaçadas de extinção do Ministério do Meio Ambiente e teve sua pesca proibida.

No campo da biologia, não há estudos amplos que investigam a diminuição da população de surubins na bacia do Rio São Francisco. Contudo, existem indícios que nos levam a crer que a barragem de Itaparica produziu desequilíbrios substanciais na ecologia dessas populações. Um primeiro indicador é relatado nos *Relatórios de Monitoramento Hidrobiológico e de Pesca* referentes ao ano de 1989 (Chesf, 1989). Esses documentos, produzidos pela Chesf, analisam os impactos iniciais que o alagamento produziu no ecossistema aquático e na atividade pesqueira da região. De início, nota-se um aumento da atividade de pesca, que era quase inexpressiva no período pré-inundação (Chesf, 1989a). As pescarias passaram a ser organizadas de maneira hierarquizada, com alguns donos de barcos

recolhendo grandes parcelas da produção dos pescadores. O surubim aparece dentre os peixes mais capturados durante todo o ano de 1989, marcando a cifra de onze toneladas no quarto trimestre. O aumento da atividade pesqueira de Itaparica parece repetir o que Johnson (2021) analisou no caso de Sobradinho. Lá, após a inundação do lago, a ampla oferta de matéria orgânica submersa levou a um aumento da população ictiológica, de modo que a pescaria despontou como uma atividade econômica rentável e alternativa à agricultura, em um contexto de perda das terras aluviais.

O aumento da atividade pesqueira em Itaparica pode ter causado uma pressão ecológica sobre as populações de surubim. Esse fator é potencializado quando levamos em consideração que mais da metade dos peixes capturados era de espécies carnívoras (dentre eles, o surubim), isto é, competiam entre si por alimento no lago (Chesf, 1989). Os relatos colhidos por Suassuna (2005) sugerem que uma espécie invasora, o tucunaré (*Cichla ocellaris*), foi sobremaneira responsável pelo desaparecimento do surubim. Ainda que não haja como amparar essa percepção empírica em estudos ecológicos, a biologia das espécies atesta que o lago de Itaparica era um ambiente propício para a reprodução do tucunaré, que prefere águas paradas.

Por sua vez, as condições reprodutivas do surubim foram comprometidas com o represamento. A espécie é caracterizada por realizar uma migração contra a corrente do rio para reproduzir. É uma reprodução que depende, portanto, da disponibilidade de águas correntes. Ora, o lago de Itaparica se insere num trecho altamente represado do Rio São Francisco, entre as barragens de Sobradinho e Paulo Afonso. Esse sistema de represas diminui em larga medida as extensões de água corrente no Submédio São Francisco, limitando as janelas de oportunidade reprodutiva do surubim. Tal quadro se torna ainda menos favorável quando notamos que nenhuma das barragens do São Francisco foi equipada com escadas de peixes (Johnson, 2021), estruturas pensadas para facilitar a migração de espécies como o surubim. Adicionalmente, um dos relatórios de monitoramento da Chesf afirma que “a pesca não vem poupando [surubins] jovens e alevinos” (Chesf, 1989b, p. 51), enquanto outro indica que 86% das espécimes de fêmeas capturadas não haviam atingido a maturidade sexual, ou seja, não puderam se reproduzir (Chesf, 1989c).

Todos esses aspectos podem ter levado a uma diminuição gradual da população de surubins no Submédio São Francisco. Por óbvio, não se pode atribuir a ameaça de extinção que sofre a espécie a uma única barragem. Mas Itaparica é parte de um sistema amplo de represas no São Francisco, que alterou de maneira drástica o ecossistema fluvial. Assim, os desequilíbrios ecológicos provocados por essas intervenções antrópicas contribuíram para que

alguns dos atingidos recuperassem a perda do surubim como um dos impactos do projeto Itaparica – e culpabilizassem a Chesf por isso.

As águas paradas do reservatório também foram causa de outro impacto deletério para as comunidades locais. Entre março e abril de 1988, a cidade de Paulo Afonso, alguns quilômetros a jusante da barragem de Itaparica, registrou um surto epidêmico de gastroenterite. O período coincide com a época de inundação do lago, que teve início em fevereiro daquele ano. Esse caso foi estudado por uma equipe de médicos da Universidade Federal da Bahia, que reportaram cerca de dois mil casos da doença em 42 dias, sendo que 88 evoluíram para óbito (Teixeira *et al.*, 1993).

No primeiro *Relatório de Monitoramento Hidrobiológico e de Pesca*, a Chesf reconhece que o “o impacto mais importante ocorrido [nas águas] após o represamento foi sem dúvidas o aumento de coliformes fecais em todas as amostras” (1989a, p. 10). O número registrou um salto de 300 para 2400 coliformes a cada 100 ml de água colhida no lago. Esse crescimento tornou a água imprópria para o consumo humano e tem origem na inundação de uma área ampla “sem a adoção de procedimentos cuidadosos de [...] desmatamentos, remoção de cemitérios, isolamento de fossas, esvaziamento de tanques de combustíveis e outros materiais tóxicos” (Teixeira *et al.*, 1993, p. 503). A matéria fecal diluída na água do lago afetou sua potabilidade, facilitando a proliferação de bactérias causadoras da gastroenterite.

Os altos índices de coliformes só foram aferidos na água bruta, não tratada. Sendo assim, apenas aqueles que tiveram contato direto com a água do lago (em especial os moradores da zona rural) deveriam ter desenvolvido a doença. No entanto, o surto acometeu também os moradores de zonas urbanas, que tinham acesso à água tratada. Esse fator levou Teixeira *et al.* (1993) a considerar a possibilidade de que o agente etiológico não fosse a matéria fecal. Em seu lugar, propuseram que o aumento súbito da matéria orgânica presente na água do lago provocou uma proliferação anormal de cianobactérias dos gêneros *Anabaena* e *Microcystis*, produtoras de toxinas capazes de desencadear um quadro de gastroenterite. Essas substâncias tóxicas são resistentes ao tratamento ordinário da água, o que explicaria a incidência da doença tanto entre a população rural, cuja maioria colhia água diretamente do reservatório, quanto entre a população urbana, que tinha acesso à água tratada.

Os casos de seixos, areias quartzosas, surubins e epidemias são exemplos da devassa ambiental operada no São Francisco. A barragem de Itaparica, uma intervenção técnica na natureza considerada absolutamente essencial para o desenvolvimento do sertão, produziu abalos socioambientais profundos. Da expulsão de milhares de famílias de suas terras à

redefinição de ecossistemas inteiros, o processo de construção dessa usina hidrelétrica denota a maneira como natureza e cultura estão imbricadas, contaminando-se a todo momento. Sua implantação deu ensejo a contendas políticas multiespecíficas, entre seres humanos de diferentes classes sociais, entre sindicalistas e funcionários do Estado, entre surubins e tucunarés, entre micropartículas de sílica e sistemas respiratórios, entre cianobactérias tóxicas e anticorpos. Das discussões institucionais sobre a viabilidade e a oportunidade de sua construção às metamorfoses que engendrou na região, o projeto Itaparica constitui um imenso e complexo amálgama de agências humanas e não humanas. Esses atores produzem encontros, ora contenciosos, ora pacíficos, sempre em estado de negociação uns com os outros, selando um esquema interacionista no qual não há separação possível ou imaginável entre o mundo natural e o mundo humano.

5 CONCLUSÃO

Quando o deputado constituinte Nilson Gibson subiu à tribuna da Câmara dos Deputados para exaltar o início da inundação do lago de Itaparica, muitas das consequências desastrosas causadas por esse empreendimento já tinham acontecido. Em fevereiro de 1988, a maior parte dos atingidos já tinha sido expulsa de suas terras, e assistiam melancólicos à água engolindo suas casas e seus rebanhos. Os moradores das comunidades de Quixaba e Campo Grande já haviam sido expostos de maneira criminosa às milhões de partículas sólidas emitidas pela mineração de seixo na jazida L. Os indígenas Tuxá, ainda considerados incapazes de representar a si mesmos legalmente, começavam a observar sua terra ancestral ser irremediavelmente submersa. A Chesf já havia mostrado, em mais de um episódio, a violência com que respondia às reivindicações dos trabalhadores. Esses eventos não ocorriam às escondidas: eram amplamente denunciados pelos atingidos por diversos meios, como na imprensa e em cartas para órgãos públicos. Ainda assim, o ilustre congressista minimizou todas essas agruras, enaltecendo o desenvolvimento acima de tudo.

O discurso de Gibson, que empresta o título deste trabalho, condensa o teor da ideologia desenvolvimentista do Estado brasileiro. A ideia de desenvolvimento mobilizada para justificar o projeto Itaparica subordina a natureza e as populações locais à geração de energia elétrica. Essa priorização começou a ser gestada no primeiro governo de Getúlio Vargas, quando a associação entre gestão das águas e geração energética foi institucionalizada, e encontrou na ditadura empresarial-militar uma sequência. Amparados pela Doutrina de Segurança Nacional e interessados em subsidiar o avanço das forças produtivas, os militares investiram pesadamente na construção de usinas hidrelétricas. No contexto geopolítico da época, marcado pela bipolaridade da Guerra Fria, a tentativa de ampliar a oferta de energia elétrica era, também, uma maneira de reduzir a miséria e, assim, afastar populações mais pobres da influência socialista. Os planos de plantas energéticas, contudo, não incluíam preocupação social, concentrando os seus esforços na geração de eletricidade como uma panaceia. Esse fator é conspícuo na composição da Chesf, que, apesar de inspirada no modelo integralizante da TVA, prescindiu de todas as ações sociais promovidas pela empresa estadunidense para investir tão somente na geração de energia elétrica.

Imbuídos da retórica desenvolvimentista, os agentes à frente da ditadura empresarial-militar encamparam o projeto Itaparica, a despeito do desastre social causado apenas alguns anos antes em Sobradinho. Do início da construção ao período posterior à inundação do lago, esse empreendimento causou mutações na sociedade e na natureza do

território. A chegada da Chesf, abrindo estradas e perturbando o cotidiano local, motivou a criação de um Polo Sindical, responsável por coordenar a luta dos trabalhadores atingidos em suas reivindicações por um reassentamento responsável. A expulsão de indígenas Tuxá e Pankararu de suas terras foi acompanhada do afogamento de locais sagrados para suas culturas. A mineração de seixos, necessária para fabricar o concreto que ergueria a barragem, causou doenças pulmonares em famílias de duas comunidades, afetando especialmente crianças. A má qualidade do solo arenoso nas terras recebidas pelos reassentados, ao impossibilitar a agricultura, tornou-os dependentes duplamente: por um lado, da Chesf e de seus equipamentos de irrigação prometidos; por outro, da elite local, que controlava as bombas d'água da região. A pesca no reservatório, aliada ao represamento excessivo do Rio São Francisco, levou a um desequilíbrio ecológico que afetou a população de peixes como o surubim. Por fim, a quantidade de matéria orgânica inundada forneceu as condições perfeitas para a proliferação de cianobactérias tóxicas, responsáveis por uma epidemia de gastroenterite na região.

Mesmo diante desse quadro catastrófico, é preciso dizer que Itaparica cumpriu seu objetivo. A usina adicionou 2500 megawatts ao potencial energético do sistema de barragens do São Francisco, garantindo o abastecimento de eletricidade para a região Nordeste. Itaparica levou desenvolvimento ao sertão, não por solucionar disparidades sociais históricas ou garantir o bem estar de sua população, mas por assegurar a oferta de energia necessária à acumulação de capital. O estágio idílico de satisfação plena das necessidades humanas, prometido pelos profetas do desenvolvimento, não foi atingido precisamente porque a materialidade do desenvolvimento no capitalismo exige a expropriação de populações e o desequilíbrio ambiental. Essas dolorosas exigências marcaram a ferro e fogo a história das populações humanas e não humanas da região de Itaparica.

REFERÊNCIAS

Fontes

CHESF. Desvio do rio. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC), Fundo Petrolândia, 5 f., 1984. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16RRm1USYBTjD6kzVa1RkbzIFUWi-hsym>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CHESF. Estudos Ambientais da Usina Hidro Elétrica de Itaparica. V. 1: Memorial Descritivo do Empreendimento. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC), Fundo Petrolândia, 34 f., set. 1987. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16RRm1USYBTjD6kzVa1RkbzIFUWi-hsym>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CHESF. Estudos Ambientais da Usina Hidro Elétrica de Itaparica. Avaliação dos impactos sócio-culturais decorrentes da construção da UHE Itaparica sobre os grupos indígenas Pankararu (PE), Pankararé (PE), Tuxá (BA), Atikum (PE) e Truká (PE). Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC), Fundo Petrolândia, 41 f., fev. 1988. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16RRm1USYBTjD6kzVa1RkbzIFUWi-hsym>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CHESF. O empreendimento hidroelétrico de Itaparica e seus aspectos ambientais. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC), Fundo Petrolândia, 26 f., out. 1987. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16RRm1USYBTjD6kzVa1RkbzIFUWi-hsym>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CHESF. Relatório de Monitoramento Hidrobiológico e de Pesca I - 1989. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC), Fundo Petrolândia, 60 f., abr. 1989. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16RRm1USYBTjD6kzVa1RkbzIFUWi-hsym>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CHESF. Relatório de Monitoramento Hidrobiológico e de Pesca II - 1989. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC), Fundo Petrolândia, 68 f., jul. 1989. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16RRm1USYBTjD6kzVa1RkbzIFUWi-hsym>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CHESF. Relatório de Monitoramento Hidrobiológico e de Pesca III - 1989. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC),

Fundo Petrolândia, 60 f., nov. 1989. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/16RRm1USYBTjD6kzVa1RkbzIFUWi-hsym>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ESBOÇO histórico da luta dos trabalhadores atingidos pela barragem de Itaparica. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC), Fundo Petrolândia, 13 f., set. 1981. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/16RRm1USYBTjD6kzVa1RkbzIFUWi-hsym>. Acesso em: 22 nov. 2023.

TRABALHADORES rurais atingidos pela barragem de Itaparica para máquinas da Chesf. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC), Fundo Petrolândia, 7 f., jan. 1983. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/16RRm1USYBTjD6kzVa1RkbzIFUWi-hsym>. Acesso em: 27 nov. 2023.

Bibliografia

ALVES, Gláucia Lélis; CORDEIRO, Michael Gonçalves; OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. Ecosocialismo e decrescimento: as críticas e os projetos anti-capitalistas para a saída da crise ecológica. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-17, e2321697, 2023. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em: 9 nov. 2023.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de; CALDAS NETO, Magda de; LIMA, Ana Eliza Vasconcelos (org.). *Sonhos submersos ou desenvolvimento?* Impactos sociais da Barragem de Itaparica. 1ª ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 2000.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. *Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural*. 1ª ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004.

BIJKER, Wiebe E. Dikes and Dams, Thick with Politics. *Isis*, 2007, v. 98, n. 1, p. 109–123. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/512835>. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, Brasília, ano 2, n. 192, 27 fev. 1988, p. 5-6. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/192anc27fev1988.pdf#page=5>. Acesso em: 10 ago. 2023. Discurso do deputado Nilson Gibson.

BRASIL. Getúlio Vargas (1951-1954). *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 1951. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-getulio-vargas-1951/view>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, Território Itaparica – Bahia e Pernambuco*. Paulo Afonso: Fórum do Território Itaparica, 2009. 158 p.

BRUZIGUESSI, B. Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 1, p. 47-64, 7 out. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/3311>. Acesso em: 16 nov. 2023.

CABRAL, D. de C. Horizontality, Negotiation, and Emergence: Toward a Philosophy of Environmental History. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha, [S. l.]*, v. 11, n. 3, p. 255–258, 2021. DOI:

10.32991/2237-2717.2021v11i3.p255-258. Disponível em:

<https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/534>. Acesso em: 10 mai. 2023.

CALVI, Pedro. Trinta anos de espera: a situação das famílias reassentadas do Sistema Itaparica. *Site da Câmara dos Deputados*, 19 nov. 2019. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/trinta-anos-de-espera-a-situacao-das-familias-reassentadas-do-sistema-itaparica>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. *Estranhas catedrais*. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. 1ª ed. Niterói: Editora da UFF, 2013.

CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of History: Four Theses. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 35, n. 2, jan.-mar. 2009, p. 197-222. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/10.1086/596640>. Acesso em: 5 out. 2023.

CORRÊA, Maria Letícia. Contribuição para uma história de regulamentação do setor de energia elétrica no Brasil: o Código de Águas de 1934 e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. *Revista Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 4, n. 6, abr. 2005, p. 255-291. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1955>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. “*Quando a terra sair*”: os índios Tuxá de Rodelas e a barragem de Itaparica: memórias do desterro, memórias da resistência. 143 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, jul.-dez. 2012, p. 204-229. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2012v4n8p204>. Acesso em: 14 nov. 2023.

DOMAŃSKA, Ewa. Posthumanist history. In: BURKE, Peter; TAMM, Marek (org.). *Debating New Approaches to History*. 1ª ed. Londres: Bloomsbury Publishing, 2018.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

DUSSEL, Enrique. *1492: O encobrimento do outro*. A origem do mito da modernidade. 1ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

ENGELKE, Peter; MCNEILL, J. R. *The Great Acceleration: An Environmental History of the Anthropocene since 1945*. 1ª ed. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. Tecnização da natureza: o desastre ambiental da Usina Hidrelétrica de Barra Grande (SC). In: ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; NODARI, Eunice Sueli; LOPES, Alfredo Ricardo Silva. *Desastres Socioambientais em Santa Catarina*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Harry S. Truman (1949-1953). *Inaugural Address*. Washington, D.C., 20 jan. 1949. Disponível em: <https://www.bartleby.com/lit-hub/inaugural-addresses-of-the-presidents-of-the-united-states/harry-s.-truman-inaugural-address/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FEDERICI, Silvia. On Primitive Accumulation, Globalization and Reproduction. In: _____. *Re-enchanting the world*. Feminism and the Politics of the Commons. 1ª ed. Oakland: PM Press, 2019. pp. 15-25.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. 1ª ed. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GALINDO, Osmil. Caracterização Geo-Econômica da Área do Projeto. In: ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de; CALDAS NETO, Magda de; LIMA, Ana Eliza Vasconcelos (org.). *Sonhos submersos ou desenvolvimento?* Impactos sociais da Barragem de Itaparica. 1ª ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HARAWAY, Donna; TSING, Anna. Reflections on the Plantationocene. *Edge Effects Magazine*, jun. 2019. Disponível em: https://edgeeffects.net/wp-content/uploads/2019/06/PlantationoceneReflections_Haraway_Tsing.pdf. Acesso em: 18 dez. 2022.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 1, Artigo 2, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

JOHNSON, Matthew P. *Temples of Modern Pharaohs: An Environmental History of Dams and Dictatorship in Brazil, 1960s-1990s*. 2021. 476 p. Tese (Doutorado em Filosofia da História) - Faculty of Graduate School of Arts and Sciences, Georgetown University, Washington, D.C., 2021.

JOHNSON, Matthew P. Uma Geração Sem Terra: Injustiça Ambiental em Comunidades Indígenas Deslocadas por Construções de Hidrelétricas no Brasil, desde os Anos 1980. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 209–233, 2021. DOI: 10.32991/2237-2717.2021v11i3.p209-233. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/575>. Acesso em: 17 ago. 2023.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrar?* Como se orientar politicamente no Antropoceno. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LÖWY, M. Ecosocialismo: o que é, por que precisamos dele, como chegar lá. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 471–482, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.45816. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45816>. Acesso em: 12 nov. 2023.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 1ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

MARTIN, Andrey Minin. A produção energética nacional e as relações internacionais: uma análise do Tennessee Valley Authority. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores: Novos e velhos desafios*, jul. 2015, Florianópolis.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da Economia Política, v. 1. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÜLLER, Arnaldo Carlos. *Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento*. 1ª ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, 4 (1), abr. 1998, p. 47-77. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/LXbFMZgsrbyVpZfdbdjy6zm/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. Expansion hydroélectrique et contrôle de l'eau par l'État au Brésil (1930-1990). *Caravelle*, n. 119, 2023, p. 71-88. Disponível em: <https://journals.openedition.org/caravelle/13094>. Acesso em: 5 out. 2023.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. *Historiciser les barrages en Amazonie brésilienne: environnement, conflit et politique dans la planification et la construction de Tucuruí (1960-1985)*. 2019. 520 p. Tese (Doutorado em História) - École Doctorale Sciences de l'Homme et de la Société (SHS), Universidade de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, Paris, 2019.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados* 24 (68), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>. Acesso em: 2 out. 2023.

PINHEIRO, C. do S. da S.; MENDES, R. L. R.; OLIVEIRA, M. J. de. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA EXTRAÇÃO DE AREIA E SEIXO EM PORTO GRANDE/AP E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [S. l.], v. 15, n. 1, 2019. DOI: 10.54399/rbgdr.v15i1.4326. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4326>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PRIMAVESI, Ana Maria. *Manejo ecológico do solo*. 1979. Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Manejo-Ecologico-do-Solo.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

RIST, Gilbert. *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. 1ª ed. Madri: Editora Catarata, 2002.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SCOTT, Russell Parry. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de Descaso Planejado*. 1ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SEDREZ, Lise Fernanda. História ambiental da América Latina: costurando tradição e inovação. In: MAIA, Andréa Casa Nova; MORAES, Marieta de. *Outras Histórias*. Ensaaios em História Social. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2014. pp. 125-149.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1986. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/Q3D00039_0.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

SILVA, Edson Hely. Índios no Nordeste: por uma história socioambiental regional. *Cadernos do Ceas*, Salvador/Recife, n. 240, p. 117-136, jan./abr., 2017. Disponível em: <https://olma.org.br/wp-content/uploads/2016/12/%C3%8DNDIOS-NO-NORDESTE-POR-UMA-HIST%C3%93RIA-SOCIOAMBIENTAL-REGIONAL1-1.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. *Indígenas Pankararu no sertão de Pernambuco: vida, deslocamentos e trabalho*. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SILVEIRA, Jamile Silva. Tennessee Valley Authority (EUA) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Brasil): imperialismo, Estado e resistência (1930-1950). *Anais do 31º Simpósio Nacional de História*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1616495599_ARQUIVO_854546e2d7c559f2f0d872a5fbf447fa.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

SUASSUNA, Cynthia Carneiro de Albuquerque. *Dano moral ambiental coletivo em populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos: o caso de Petrolândia - PE*. 345 p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SUBMERSOS: a vida após a barragem de Itaparica (Documentário). Direção: Milena Gomes. Produção de Hannah Lopes. YouTube. 17 abr. 2022. 46min23. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6ADAFOf1mPI&t=56s>. Acesso em: 21 nov. 2023.

TEIXEIRA, M. da G. L. C.; COSTA, M. da C. N. C.; CARVALHO, V. L. P. de; PEREIRA, M. dos S.; HAGE, E. Epidemia de gastroenterite na área da Barragem de Itaparica, Bahia. *Bulletin of the Pan American Health Organization*, v. 27, n.3, p. 502-512, jun. 1993. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/16355?locale-attribute=pt>. Acesso em: 28 nov. 2023.

TSING, Anna Lowenhaupt. *The mushroom at the end of the world*. On the possibility of life in capitalist ruins. 1ª ed. Princeton: Princeton University Press, 2015.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2003.

WHITE, Richard. *The Organic Machine*. The Remaking of the Columbia River. 1ª ed. Nova York: Hill & Wang, 1995.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 198-215. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2324/1463>. Acesso em: 5 out. 2023.

WORSTER, Donald. *Rivers of Empire*. Water, Aridity And The Growth of The American West. 1ª ed. Nova Iorque: Pantheon Books, 1985.

ZECA, B. G. ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA “MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA E CONSERVADORA” E SUA RELAÇÃO COM A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 5, n. 13, p. 155–162, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.4474261. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/233>. Acesso em: 16 nov. 2023.